

Coleção

NOSSA HISTÓRIA

RIBEIRÃO PRETO RIBEIRÃO PRETO

Fundadores: a saga de Manoel Fernandes do Nascimento

Jose Antonio Correa Lages



Fazendo jus ao que consta em seu hino, Ribeirão Preto sangra amor e tradição. A terra do café, orgulho de São Paulo e do Brasil possui fatos curiosos e pitorescos, que encantam e que muitas vezes ficam renegados as poucas conversas caseiras ou arquivados em monografias e teses nas inacessíveis estantes das universidades.

A inédita união da Câmara Municipal, Instituto do Livro e Secretaria da Cultura possibilita uma nova viagem ao passado. Juntos, vamos percorrer as vastas plantações e descobrir aspectos importantes da prosperidade cafeeira. As grandes mulheres daquela época também mereceram destaque. O legado afro-brasileiro, tantas vezes esquecido, omitido ou contestado ganha seu merecido espaço. Nosso passeio pela história local é ambientado pela agradável trilha sonora e acordes magistrais da gloriosa orquestra sinfônica.

A coleção Nossa História traz um convite para o apoderamento de nossa rica história. Trata-se de uma grande contribuição para a geração atual e para as vindouras. Nesta amada terra onde temos tudo, procuramos dar um pouco mais. Que esse legado cultural seja multiplicado, partilhado e desfrutado por todos.

André Luiz da Silva
Vereador

As áreas da Cultura e do Meio Ambiente são as menos privilegiadas em termos de verbas orçamentárias. Parecem constar dos organogramas apenas como penduricalhos a enfeitar as diferentes administrações.

Em outro estágio de desenvolvimento, só pode ser no futuro, talvez venham a merecer atenções maiores das que lhes são dadas.

Embora não resolvam, nem sequer aliviam, resolvemos destinar Emendas Parlamentares, para a edição de livros sobre a nossa cidade, além de ajudarmos a manter algumas iniciativas culturais importantes.

Que a prática se dissemine e alcance outros parlamentares e agentes públicos.

Os problemas ambientais, normalmente se originam de práticas culturais equivocadas. Dar à cultura a importância devida provocará, por certo, uma sociedade mais consciente e, por consequência, mais humanizada. É a nossa fé. E a nossa esperança.

Gilberto Abreu
Vereador



Apoio

Realização



Secretaria da
CULTURA



Prefeita Municipal
Dárcy Vera

Secretária da Cultura
Adriana Silva

Presidente da Fundação Instituto do Livro
Edwaldo Arantes

Diretora de Patrimônio Cultural
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa

Conselho Editorial
Adriana Silva
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa
Michelle Cartolano de Castro Silva
Tânia Cristina Registro

I195b - Fundadores: a saga de Manoel Fernandes do
Nascimento (pesquisa e texto) Jose Antonio Correa
Lages – Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012.
112 pg.; (Coleção Nossa História, n.6)
ISBN -

1. Ribeirão Preto – 2. História - 3. Formação de Cidades
CDD: 981.612 rpb

A Coleção Nossa História é uma publicação da
Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto, por meio
do Instituto do Livro, com o apoio dos vereadores
Gilberto Abreu e André Luiz da Silva.

As obras foram selecionadas por uma Curadoria.

Capa - Largo da Igreja Matriz, entre as ruas General Osório e Álvares Cabral. Local ocupado hoje pela Praça XV de Novembro e Fonte Luminosa. Data: 1898 aprox. Fotógrafo: não identificado (APHRP, F290).

Sobre o autor

Jose Antonio Lages, professor de História, graduado em Filosofia, História, Pedagogia e Teologia. Mestre em História pela UNESP, doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Publicou por duas edições Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro que corresponde ao texto de sua dissertação de mestrado aprovada com “distinção e louvor”. É membro do Conselho Municipal de Cultura e do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto. Foi vereador na Câmara Municipal de Ribeirão Preto na legislatura 2001-2004.

Sumário

1 - Mineiros e paulistas na formação da região	07
2 - Formação da comunidade de São Sebastião do Ribeirão Preto: seus fundadores	27
3 - Vida e morte de Manoel Fernandes do Nascimento	44
4 - O que significa “fundar” uma cidade?	64
5 - Freguesia e vila de São Sebastião do Ribeirão Preto: primeiros tempos	79
6 - Fontes documentais e bibliografia	90

1 – Mineiros e paulistas na formação da região

Toda a região do nordeste paulista foi desbravada e povoada por mineiros já experientes e dedicados às atividades de lavoura e criação de gado. Tinham suas origens nas áreas do sul e do oeste de Minas, mas que sempre foram muito ligados aos seus centros urbanos que eram também importantes centros consumidores da sua produção: Campanha, São João Del Rei, Aiuruoca, Lavras, Baependi, Tamanduá e tantos outros.

Uma historiografia mais tradicional sempre ligou esta vinda dos mineiros para o nordeste paulista ao esgotamento das suas lavras de ouro ao final do século XVIII e início do século XIX. De fato, foi nesta época que eles começaram a chegar, como Simão da Silva Teixeira que foi o fundador de São Simão.

Mas sua chegada se tornou maciça a partir da segunda década do século XIX e foi se intensificando durante a expansão cafeeira no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista:

“É possível comprovar a quantidade enorme de mineiros chegando a São Paulo pelos recenseamentos da época que apontavam a origem geográfica da população. Em alguns lugares, os mineiros chegavam a constituir mais da metade da população. Aqueles que haviam chegado recentemente à região aparecem nesses documentos sendo chamados de “entrantes mineiros” e de “novos entrantes”. (LAGES, 2004, CD-ROM, cap. 2).

Mas, enfim, o que levou tantos mineiros a se mudarem para o interior de São Paulo? A escassez do metal precioso os levou a se dedicarem a outras atividades como a criação de bovinos e suínos, a fabricação de queijos, ao cultivo do milho, algodão e tabaco. Também o artesanato doméstico muito se desenvolveu, principalmente a produção fios e panos nas sedes das fazendas e mesmo nas residências urbanas. Mas todas estas atividades já existiam durante o período forte da mineração, agora elas tenderam a se expandir para abastecer os mercados em crescimento, como o da Corte com a chegada da família real em 1808.

No sul de Minas, a terra é fértil, mas muito montanhosa. Esta característica funcionava como uma restrição para expandir as atividades agropecuárias. Assim, muitos mineiros preferiam sair de sua província em busca de campos e terras férteis para plantar e criar gado.

“O que aconteceu, na verdade, foi um crescimento e uma diversificação da economia que levou muita gente a ocupar novas terras onde estas ainda não tinham donos. Uma expansão econômica acompanhada por uma dispersão populacional.” (LAGES, 2004, CD-ROM, cap. 2).

Posseiros e povoadores

Neste contexto, muitas famílias mineiras se estabeleceram na região do Nordeste Paulista. Podemos citar algumas delas: os Borges da Costa, de Campanha; os Terra e os Nogueira, de Baependi; os Campos, de Aiuruoca; os Pontes, de Caldas; os Teixeira e os Gonçalves dos Santos, de São João Del Rei; os Pimenta, de Lavras, e tantos outros.

Mas não apenas mineiros se estabeleceram nesta região. Paulistas muito antigos, que tinham seu eixo de ação justamente no caminho de Goiás, acabaram abrindo fazendas de criar no vale do ribeirão Tamanduá, afluente do rio Pardo. Uma dessas fazendas foi a Figueira, ainda hoje existente com este mesmo

nome no município de Serrana.

Mas quem foram esses paulistas que formaram a Figueira? Eram da família Reis de Araújo. Eram seis irmãos, três homens e três mulheres - Vicente, Matheus, Manoel, Ana Rosa, Bárbara e Antônia. Eles eram filhos de Manoel José dos Reis de Araújo, nascido em Jacuí (Minas Gerais) e de Maria Madalena de Jesus (da família Alves da Silva), nascida em Congonhas do Campo (Minas Gerais). Os Reis e os Alves da Silva viveram por muito tempo em sítios e pousos ao longo do Caminho de Goiás. Eram muito conhecidos em toda essa região no século XVIII e início do século XIX.

Em 1808, Vicente e Matheus, os mais velhos da irmandade, foram enviados pela sua mãe para os sertões de São Simão para apossarem de terras devolutas. Eles tomaram para si uma porção de campos e matos, a que deram o nome de “Fazenda da Figueira”. Todo ano, eles saíam de Franca, onde moravam, para plantar roças e retificar as posses, com o objetivo de evitar que algum intruso se metesse nas ditas terras. Fizeram isso por anos, sem interrupção, até que, por volta de 1824, toda a família se mudou para a Figueira. Essas informações foram retiradas do processo de Divisão Judicial da fazenda da Figueira que correu na Comarca de Casa Branca a partir de 1850.

A Figueira foi, sem dúvida, o ponto de partida de toda a população que, mais tarde, a partir da década de 1830, se espalhou por toda a área correspondente aos municípios de Ribeirão Preto, Serrana, Serra Azul, Cravinhos e parte de São Simão.¹

1 - É certo que nenhum dos irmãos Reis de Araújo residiu por muito tempo na Figueira. Quem ficou na Figueira o resto da sua vida foi Dona Maria Madalena. Ela ali faleceu em novembro de 1838. Seu inventário correu em Mojimirim (Cartório do 1º Ofício, 1839, m. 145). O seu genro, José Borges da Costa, foi o inventariante.

1 - Família Reis de Araújo

Manoel dos Reis de Araújo casado com Maria Magdalena de Jesus

SEUS FILHOS	DATA DE BATISMO	SEUS GENROS E NORAS
VICENTE JOSÉ DOS REIS	13.08.1789	MARIA SILVÉRIA DA ANUNCIACÃO ²
MATHEUS JOSÉ DOS REIS	21.09.1792	1. PRUDÊNCIA MARIA DE JESUS 2. LIBÂNIA SOARES FERREIRA
BÁRBARA MARIA GERTRUDES	21.10.1795	ANTÔNIO BEZERRA CAVALCANTI
ANA ROSA DE ALEXANDRIA	15.06.1798	1. JOAQUIM LEONARDO BEZERRA 2. FRANCISCO GONÇALVES MANÇO
MANOEL JOSÉ DOS REIS	1799	MARIA FELIZARDA
ANTÔNIA	28.06.1808	JOAQUIM DA SILVA E SOUZA

Em 1834, Matheus e seu irmão Vicente ocuparam uma grande gleba de terras devolutas que ficava a oeste da Fazenda da Figueira. Foram com muitas pessoas, entre parentes, agregados e escravos. Ocuparam a área com estradas, porteiras, plantações e currais. Não tardou muito outra família se embrenhou por ali, abrindo uma disputa pela ocupação da terra que durou vários anos:

“Eram filhos e genros de José Dias Campos e sua mulher Maria Ignacia de Jesus, entrantes mineiros que chegaram por volta de 1807 à região de Batatais, onde formaram a Fazenda Velha. As duas famílias entraram em uma disputa judicial por aquele enorme latifúndio que os Dias Campos chamavam “Fazenda do Rio Pardo”. Esta disputa deu origem a uma ação conhecida por “libelo cível de força e esbulho de terras” que se arrastou por doze anos na Justiça Municipal de Mojimirim, transferida depois para a de Casa Branca.” (LAGES, 2004, CD-ROM, cap. 2).

2 - Maria Silvéria, Antônio Bezerra Cavalcanti e Joaquim Leonardo Bezerra eram irmãos. Portanto, três irmãos Reis de Araújo casados com três irmãos Bezerra Cavalcanti. Dessa união surgiram os Bezerra dos Reis, muito numerosos nos primeiros tempos de Ribeirão Preto. Ver Lages, J. A. Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro. São Paulo: Editora Nelpa, 2010, p. 215-225.

A área em disputa corresponde ao município e ao sítio urbano de Ribeirão Preto. Os documentos anexados ao processo deixam perceber claramente a localização exata do terreno. “Assim nasceu Ribeirão Preto: sob o signo da disputa e da luta pela terra.” (LAGES, 2004, CD-ROM, cap. 2)

A família Reis de Araújo, já fixada há mais tempo na fazenda ao lado, a Figueira, lançou uma estratégia espetacular: independente do curso do processo judicial abriu dentro da área outras várias fazendas, trouxe agregados e moradores, muitos recém-chegados de Minas Gerais, e vendeu muitas partes para terceiros. Era agora impossível sua retirada.

O processo se encerrou em 1846 através de um acordo entre as partes com base no valor simbólico de 4.000\$000 (quatro contos de réis) que os Reis de Araújo pagaram aos Dias Campos. Alguns membros desta última família contestaram o acordo e não saíram de uma pequena parte do terreno, prolongando a disputa por ainda algum tempo.

Os primeiros assentamentos

Toda a área cortada pelos ribeirões Preto e Palmeiras, bem como por seus afluentes, como os córregos Retiro e Laureano, passou desta forma para o domínio incontestado da família Reis de Araújo. Dentro de alguns anos, a antiga fazenda disputada, chamada por eles de Rio Pardo, não existiria mais. Ela acabou retalhada em várias outras³:

3 - Esses dados foram coligidos dos seguintes inventários: Prudência Maria de Jesus, mulher do Capitão Matheus José dos Reis (Batatais, 1835), Manoel José dos Reis (Mojimirim, 1839), Vicente José dos Reis (Mojimirim, 1839).

2 - Fragmentação da antiga Fazenda Rio Pardo durante as décadas de 1830 e 1840

FAZENDAS	PRIMEIROS PROPRIETÁRIOS	SUCESORES IMEDIATOS
PONTINHA OU RIBEIRÃO PRETO ABAIXO	Matheus José dos Reis (1/2) Vicente José dos Reis (1/2)	José Matheus João Matheus Francelina Ananias José Matheus M ^a Silvéria da Anunciação e seus filhos: Manoel, Matheus e Claudina
LAUREANO OU BRAÇO DIREITO DO RIBEIRÃO PRETO	idem	idem
PALMEIRAS	Matheus José dos Reis	José Matheus João Matheus Francelina Ananias José Matheus
RETIRO BARRA DO RETIRO	Vicente Manoel dos Reis (1/2) Manoel José dos Reis (1/2) Vicente José dos Reis	Maria Silvéria da Anunciação e seus filhos: Manoel, Matheus e Claudina M ^a Felizarda e suas filhas: Ana e Teodora M ^a Silvéria da Anunciação e seus filhos: Manoel, Matheus e Claudina

Palmeiras: onde tudo começou⁴

No “libelo cível de força e esbulho de terras” entre as famílias Dias Campos e Reis de Araújo, podemos encontrar as informa-

4 - As informações desta parte do texto fazem parte de um documento redigido pelo autor em agosto de 2011 para comprovação judicial de domínio sobre o terreno ocupado pela paróquia de Santa de Rita de Cássia, no bairro das Palmeiras, em Ribeirão Preto, a pedido do procurador da mesma paróquia.

ções mais remotas do que seria mais tarde a fazenda das Palmeiras, uma das partes em que se dividiu a antiga Fazenda Rio Pardo. Existem algumas evidências de que a ocupação da área das Palmeiras por José Dias Campos e seus filhos venha desde 1811 como uma extensão de terras ao sul Rio Pardo a partir das que já ocupavam na região de Batatais, ao norte desse rio.

Uma escritura particular de 08.01.1833, Matheus José dos Reis e sua mulher Prudência Maria de Jesus, senhores de três partes de terras no “lugar denominado Palmeiras”, efetuaram a doação de uma parte ao seu irmão mais novo e cunhado Manoel José dos Reis.⁵

O litígio com Hilário Dias Campos é mencionado (uma das raríssimas vezes que isto acontece, fora do citado documento) no inventário da mulher do Capitão Matheus José dos Reis, de 1838. Vicente José dos Reis, irmão e sócio de Matheus José dos Reis, faleceu em 02.01.1839 em Batatais, sendo inventariado a partir de 16.11.1839 na Fazenda Figueira. Nos bens de raiz do inventário, nada constou sobre as terras na fazenda Palmeiras, tendo em vista que Vicente José dos Reis, antes de falecer, efetuara a venda das mesmas ou parte delas, entre 1833 e 1838, para Vicente José Ferreira e sua mulher Ana Jacinta Machado.

O Capitão Matheus faleceu em 1842 e seus filhos herdaram as terras da fazenda Palmeiras. Um deles, José Matheus dos Reis, foi quem fez, três anos depois, a primeira tentativa de doação de um terreno desta fazenda para a formação do patrimônio eclesástico de São Sebastião. Notemos que a devoção a São Sebastião já existia na comunidade das Palmeiras, antes de aparecer mais tarde na região onde surgiria Ribeirão Preto.

Osmani Emboaba da Costa (1955, p. 19, n. 5) afirma que eram

5 - É a primeira vez que aparece citada em um documento uma referência à Fazenda das Palmeiras e, por analogia, também ao córrego do mesmo nome. Vê-se, portanto, que a Palmeiras é a mais antiga, dentre as fazendas em que se desmembrou a antiga e grande fazenda Rio Pardo.

condôminos na fazenda das Palmeiras em 1852 os seguintes moradores:

1. Ana Jacinta, viúva de Vicente Alves da Silva (ou Vicente José Ferreira) e seus filhos ainda menores:

1. Luís;
2. Francisco;
3. Antônio;
4. Jerônimo;
5. João e
6. Manoel.

2. Matheus José dos Reis (filho de José Matheus dos Reis e Honorina Maria Joana, portanto, neto do Capitão Matheus José dos Reis) e sua mulher, Maria Silveria Gomes Ferreira;

3. Miguel Bezerra dos Reis e sua mulher, Francelina Maria Teodora, filha do Capitão Matheus José dos Reis;

4. Antônio Bezerra Cavalcanti e sua mulher, Bárbara Maria Gertrudes, irmã do Capitão Matheus José dos Reis;

5. Mariano Pedroso de Almeida, que havia comprado sua parte de José Alves da Silva que, por sua vez, comprara de Manoel José dos Reis, e sua mulher Maria Lourenço do Nascimento e

6. João Alves da Silva Primo e sua mulher, Ana Delfina Bezerra, filha de Antônio Bezerra Cavalcanti e Bárbara Maria Gertrudes (Reis de Araújo).

Notemos que boa parte deles guarda um parentesco direto com o Capitão Matheus. É que as terras da fazenda Palmeiras ainda se encontravam praticamente nas mãos da família pioneira da sua ocupação. Mas quatro anos depois, a relação dos condôminos na fazenda das Palmeiras havia se ampliado consideravelmente. Pelo menos é o que se pode perceber nos registros paroquiais de terras de São Simão, do ano de 1856, pesquisados por Roberto Vasconcelos Martins:

3 - Condôminos da Fazenda das Palmeiras em 1856

Condômino	Antecessor
Antônio José Teixeira Junior	Por doação de sua sogra Maria Silvéria da Anunciação, viúva de Vicente José dos Reis
Ana Jacinta Machado (ou do Nascimento)	Por herança de seu finado esposo Vicente Alves da Silva (ou Vicente Alves Ferreira)
Mariano Pedroso de Almeida	Por compra a Antônio Joaquim de Oliveira, Antônio Joaquim da Cunha e Antônio de Souza Martins
Maria das Dores de Jesus	Por herança de seu finado marido (que não é citado no documento)
Bárbara Maria Gertrudes	Por herança de seu finado marido Antônio Bezerra Cavalcanti
Fernando de Souza Viana	Por herança do falecido sogro Vicente Alves da Silva (ou Alves Ferreira)
José Matheus dos Reis	Por herança de seus finados pais Capitão Matheus e Prudência
Matheus José dos Reis	Por herança de seus finados pais Capitão Matheus e Prudência
Antônio da Silva e Souza João Alves da Silva Primo	Por compra a José Alves da Silva e Manoel Ferreira da Silva
Luis Borges de Aquino	Por compra a Manoel Ferreira da Silva e por herança de seu finado sogro Vicente Alves da Silva (ou Alves Ferreira)
Joaquim Bernardes	Por compra a Antônio Jacinto da Silva

A frustrada formação do patrimônio eclesiástico nas Palmeiras

Em 2 de novembro de 1845, José Matheus dos Reis, filho do Capitão Matheus, foi o primeiro a fazer uma doação de terras para a formação de um patrimônio eclesiástico para o santo de devoção da comunidade, São Sebastião. Mas não foi exclusivamente o imperativo religioso que explica as sucessivas tentativas de formação deste patrimônio que vão se seguir, como afirma a maioria dos autores.⁶

A visão de mundo desses posseiros de terras tinha em Deus e na salvação de suas almas um referencial importante para suas vidas. Mas não podemos maximizar a religiosidade destes homens na formação de sua comunidade:

“Não podemos camuflar uma realidade estrutural subjacente àquele profundo sentimento espiritual: a necessidade de legitimar e regularizar a posse da terra. Assim, aqueles posseiros buscavam elevar-se à condição de cidadãos em um contexto em que a propriedade da terra se mercantilizava cada vez mais, nos albores da economia cafeeira.” (LAGES, 2010, p. 237).

6 - Mons. João Lauriano afirma, por exemplo, que isto decorreu de um “louvável espírito religioso com que a incipiente população desejava a presença mais frequente de um sacerdote que lhe prestasse a devida assistência espiritual...” (1965, p. 12). Rubem Cione segue no mesmo sentido: “Devemos afirmar, para sermos fiéis à História, que a fundação de Ribeirão Preto foi imperativo e consequência das aspirações religiosas que se verificaram nos meados do século passado (século XIX) entre os desbravadores da terra, localizados no vale do Rio Pardo, do córrego das Palmeiras, do Retiro, do Ribeirão Preto, do Esgoto, da Figueira, etc.” (1992, p. 65, n. 82). Até mesmo Osmani Emboaba da Costa não escapa deste tipo de análise: “a José Matheus dos Reis coube o mérito da primeira tentativa de formação de um patrimônio destinado à manutenção de uma capela em honra de São Sebastião na qual se pudessem celebrar os ofícios religiosos, o que era desejo alimentado fervorosamente pelos demais moradores da região, muitas léguas afastados da matriz de São Simão que era o templo mais próximo”. (1955, p. 36, n. 5).

Naquela época, uma forma estratégica de legalizar as posses era exatamente doar uma gleba para a construção de uma capela. Esta doação era recebida oficialmente pela Igreja e ficava registrada nos livros paroquiais. Isso acabava legalizando toda a propriedade da fazenda. José Matheus dos Reis tentou legitimar a sua posse, fazendo uma doação de terreno para a Igreja cujo valor foi declarado em 40\$000. O objetivo era a formação de um patrimônio destinado a uma capela em honra de São Sebastião. Ele era um dos proprietários da fazenda das Palmeiras, desmembrada da enorme gleba de terras disputada anos antes entre sua família e os Dias Campos. Transcrevemos abaixo a escritura de doação deste terreno, importante documento histórico da primeira tentativa de se organizar legalmente a comunidade civil/religiosa de Ribeirão Preto, ainda nas terras da fazenda Palmeiras:

“Escritura de doação graciosa que faz José Matheus dos Reis ao mártir São Sebastião de uma porção de terras de campos e matos na fazenda denominada Palmeiras, da quantia de quarenta mil réis pela primeira avaliação, tudo como abaixo se declara. Saibam quantos este público instrumento de escritura de doação virem que sendo no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigésimo quarta da independência do Império do Brasil, aos dois dias do mês de novembro do dito ano, nesta freguesia de São Simão, termo da vila de Casa Branca, da sétima comarca da Província de São Paulo, em o escritório de mim, escrivão interino do Juízo de Paz adiante nomeado, e sendo aí compareceu presente José Matheus dos Reis, morador nesta freguesia, e reconhecido de mim pelo próprio nomeado de que trato e dou fé; e por ele me foi dito, presentes as testemunhas adiante nomeadas, e abaixo assinadas, que pelo presente instrumento, no melhor modo e forma de direito que podia fazer, disse ele ao outorgante que entre os mais bens que possuía com livre e geral administração(X) e bem assim quarenta mil réis em terras na fazenda denominada Palmeiras, deste mesmo distrito, que possuía por herança

paterna do seu falecido pai Matheus José dos Reis, cuja porção de terras de quarenta mil réis de avaliação se compõe campos, matos de culturas, disse ele, outorgante, que muito de sua livre e espontânea vontade, sem constrangimento algum por pessoa nenhuma, fazia de ditas terras já expressadas, doação ao mártir São Sebastião, para seu Patrimônio, e com a condição de, porém, no dito terreno, levantar uma capela, com o nome de capela de São Sebastião das Palmeiras, e cujas terras de quarenta mil réis assim declaradas, cede e transpassa todo o domínio que nas ditas terras tinha de ora em diante ao dito mártir São Sebastião ou quem de direito for seu procurador que para isso for autorizado na forma da lei; e disse ele, outorgante, que se obrigava em todo o tempo a fazer esta doação firme e valiosa e ... para sempre que nem ele, nem seus herdeiros ascendentes e descendentes o poderem em tempo algum chamar a si as ditas terras e pede rogar à justiça de S. M. Imperial e Constitucional lhes dêem a esta escritura toda a força e vigor; e se nela faltar alguns pontos ou cláusulas dos direitos necessários aqui a dava por expressa, e declarava menção. De como assim o disse, e outorgou, de que dou fé, me pediu a mim escrivão lhe lavrasse a presente, a qual sendo por mim feita e lida, aceitou e assinou com as testemunhas presentes Antônio Soares de Castilho, Manoel Soares Nazareth de Castilho, todos moradores deste Distrito, e reconhecidos de mim Manoel Joaquim de Souza, escrivão interino de Paz e Notas . José Matheus dos Reis. Testemunha, Antônio Soares de Castilho. Testemunha Manoel Soares Nazareth de Castilho”. (Certidão de 23 de abril de 1852, fornecida a Manoel de Nazareth Azevedo e inserta nos “Autos de Patrimônio da capela de São Sebastião no lugar denominado Bairro das Palmeiras”, p. 5 a 6 verso. Arquivos da Cúria Diocesana de Ribeirão Preto).

Mas esta tentativa se frustrou. Os termos de sua doação não atenderam às condições exigidas pela Igreja. Vejamos as exigências da Câmara Episcopal para aceitar essas doações:

“Para ficar firme e valioso o presente patrimônio, deve o

constante zelador justificar os itens seguintes:

1. Que as terras que formam o patrimônio valham 120\$000 para os juizamentos da mesma;
2. Que as terras de vínculo doutra capela ou morgado não tem foro, censo, obrigação, nem encargo algum, não estão hipotecadas ou por outro qualquer princípio obrigada a vendas, dívidas, dotes ou fianças;
3. Que na doação feita não há dolo, simulação, engano, nem pacto algum expresso ou simulado pelo que se obriga a restituírem em terra ou em parte no rendimento. A este item deporão os doadores bem como assinarão;
4. Que das presentes doações que formam o patrimônio não resulta prejuízo a herdeiros ou credores, havendo-os. Além dos documentos que se apresentam, devem mostrar que os doadores são legítimos senhores e possuidores daquelas propriedades”. (COSTA apud LAGES, 2010, p. 237).

O valor exigido das terras estava longe do valor do terreno doado por José Matheus dos Reis, mas o principal problema era a dificuldade de se comprovar a legalidade de domínio sobre elas. Passaram alguns anos e a idéia da construção da capela não foi levada adiante, mesmo com outras doações que pudessem facilitá-la.⁷ São demonstrações de que no imaginário daqueles homens era forte a presença do sagrado e a expectativa da construção próxima de um templo envolvia a todos eles.

Algumas vezes, historiadores, como Osmani Emboaba da Costa, vislumbram as verdadeiras razões da recusa das doações de terras por parte da Igreja. Se não, vejamos: “apesar da insegurança jurídica das posses alegadas, quiseram os doadores imediatamente converter em realidade seus desejos...” (COSTA,

7 - Em 1850, José Antônio Pereira doou um alqueire de campo na sua Fazenda da Figueira “que se achava quase nos limites... para as partes das Palmeiras” (COSTA, 1955, p. 38, n. 5), para que se fosse instalada uma olaria, cujas rendas caberiam ao padroeiro São Simão até a ereção de uma capela próxima. Logo depois, José Borges da Costa e sua mulher, Maria Felizarda, bem como Antônio Alves da Silva doaram um alqueire de terreno para um cemitério público na mesma fazenda da Figueira (COSTA).

1955, p. 48) ou ainda “... demonstraram que os interessados não poderiam cumprir o exigido... pois que um dos pontos capitais era a prova de legalidade da posse nas terras - legalidade que referente a uma fazenda pré-indiviso, era inviável” (COSTA, 1955, p. 48, n. 122).

Há quem diga que Emboaba da Costa tinha conhecimento do “libelo cível de força e esbulho de terras” entre as famílias Reis e Campos. Mas, se teve, ele nunca escreveu uma linha sobre isso. De qualquer forma, deixa a entrever, em algumas passagens de seu livro, que seu conhecimento sobre a legalidade da propriedade daquelas terras pela família Reis ia além do que dizia em sua obra:

“as formalidades eclesiásticas, todavia, arrefeceram o entusiasmo à constituição do patrimônio de São Sebastião apenas com terras da fazenda Palmeiras, levando os interessados a cogitar da constituição do Patrimônio em outro local, cujas terras não estivessem judicialmente sujeitas a dúvidas”. (COSTA, 1955, p. 48).

Tais dúvidas a que Emboaba da Costa se refere estavam ligadas à forma de aquisição da terra pelos Reis, com certeza.

Já sabemos que o libelo entre as famílias Reis e Campos se encerrou em 1846 com um termo de conciliação que garantiu a posse da terra à primeira, mas isso, talvez, fosse insuficiente para a Igreja reconhecer a legitimidade de suas posses. Ainda anos depois pairavam dúvidas, com certeza.⁸

Mas os moradores da fazenda das Palmeiras não desistiram de ali construir a sua capela. Em 1852, voltaram à carga, agora sob nova liderança, e fizeram novas doações para a constituição do patrimônio:

8 - Prova disso é que Domingos José Fernandes registrou suas terras em 14.04.1856 no Registro Paroquial de Terras de São Simão (cumprindo determinação da Lei 601, a famosa Lei de Terras de 1850), sob a denominação de

4 - Proprietários que doaram terrenos para a constituição do patrimônio eclesiástico nas fazendas Palmeiras e Exgoto em 1852

DOADORES	FAZENDA	EXTENSÃO	DATA
Mariano Pedroso de Almeida e Maria Lourenço do Nascimento	Palmeiras	4 alqueires	14.03.1852
José Alves da Silva e Pulcina Maria de Jesus	Palmeiras	4 alqueires	12.03.1852
Matheus José dos Reis e Maria Silvéria Soares Ferreira	Palmeiras	4 alqueires	12.03.1852
Luís Gonçalves Barbosa e Antônia Maria dos Anjos	Palmeiras	1 alqueire	12.03.1852
Miguel Bezerra dos Reis e Francelina Maria Teodora	Palmeiras	2 alqueires	12.03.1852
Antônio Bezerra Cavalcanti e Barbara Maria Gertrudes	Palmeiras	2 alqueires	12.03.1852
Alexandre Antunes Maciel	Exgoto	2 alqueires	07.07.1852

“Santo Antônio da Boa Vista”, declarando que suas terras divisavam “pelo nascente com os Dias ou Reis até o Rio Pardo”. Antônio Dias Campos, um dos autores do libelo de 1834, ainda declarava como suas essas terras no Registro Paroquial de Terras de São Simão, em 1856, com as mesmas confrontações. Sinal de que não tinha se conformado ainda com a decisão judicial.

Estas escrituras de doação não citam a localização dos terrenos doados, tão somente a extensão e o valor correspondentes. Não existe documentação comprovando a sua demarcação, o que certamente se explica pela ausência da aprovação eclesiástica.

Segundo Osmani Emboaba da Costa (1955), a escritura particular de Mariano Pedroso de Almeida, sendo testemunha Manoel de Nazareth de Azevedo, se extraviou do conjunto das demais escrituras, apenas sendo mencionada numa relação que existiu nos Arquivos da Cúria Diocesana de Ribeirão Preto e da qual relação faz referência o Plínio Travassos dos Santos em Ribeirão Preto Histórico e para a História, “Diário da Manhã”, de 29 de abril de 1942. A relação inteira destas doações também se extraviou dos citados arquivos.

É interessante perceber que Manoel Soares de Castilho, testemunha da primeira doação em 1845, somente aparece como testemunha, sete anos depois, da doação de Alexandre Antunes Maciel, na fazenda do Exgoto, já desmembrada da antiga fazenda da Figueira. Mas, surpreendentemente, surge como testemunha em todas as demais doações um novo personagem: Manoel Fernandes do Nascimento, mineiro de Itajubá e que chegou à região de Ribeirão Preto entre 1846 e 1848. Ele aparece nessas escrituras destacado pelo escrivão como “testemunha que este fiz e vi assinar”.

Em uma ação paralela, aqueles moradores, ainda em 1852, se dirigem ao vigário capitular do Bispado através de um documento solicitando o aceite das doações:

“... pelos títulos que se apresentam a V. Sa. verá que vários habitantes, que tinham direitos no terreno da fazenda das Palmeiras fizeram doações de porções no mesmo terreno, e que todas unidas há de perfazer meio quarto em quadra pouco mais ou menos, o que é suficiente para o patrimônio da mesma capela. E o ponto destinado para ela tem porções para nele se criar uma povoação, pois tem boa aguada, é alto e arejado, e tendo nas suas vizinhanças boas e grandes

matas de cultura: e estando já pronto parte dos materiais necessários para se levantar a mesma capela.” (Petição para construção de uma capela nas Palmeiras. Certidão de 23 de abril de 1852 fornecida a Manoel de Nazareth Azevedo e inserta nos Autos do patrimônio da capela de São Sebastião no lugar denominado Bairro das Palmeiras, p. 5-6 verso. Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Ribeirão Preto. (COSTA apud LAGES, 2010, p. 240).

O documento acima é assinado por José Borges da Costa, Manoel de Nazareth de Azevedo, Antônio Soares de Castilho e Manoel Soares de Castilho. Este documento se refere às doações feitas desde 1845 e fala claramente na possibilidade de se levantar uma povoação em torno da capela, mas o documento de doação de José Matheus dos Reis de 1845 não falava de povoação. Tudo indica que a pretensão inicial (1845) fosse apenas a legalização da posse através de doação de terras à Igreja. Já em 1852, era clara a intenção de se edificar uma povoação em terras da fazenda das Palmeiras. Já estava em cena Manoel Fernandes do Nascimento, mas certamente nesta época seus interesses ainda não estavam voltados para a Fazenda do Retiro/Barra do Retiro:

“Fica claro ... que o desejo de construção de uma capela não escondia o interesse de criar uma povoação em torno dela. Agiam, portanto, de forma integrada e planejada, com a finalidade de constituir um patrimônio que pudesse servir de núcleo de interesses comunitários ligados ao comércio e a outras atividades.” (LAGES, 2010, p. 240).

O bispo atendeu à petição dos moradores das Palmeiras, mas lembrou das condições exigidas pela Igreja para a construção de uma capela: não poderia ser em lugar ermo, despovoado, deveria se localizar em lugar decente, alto, destacado na paisagem, guardando distância de casas particulares. Ainda assim aquelas doações atingiram apenas 90\$000 e, por isso, ainda outra foi

feita em 19.12.1852 por João Alves da Silva Primo e sua mulher, Delfina Bezerra, esta já na Fazenda do Retiro, para atingir o valor mínimo de 120\$000.

As doações nas fazendas das Palmeiras e do Exgoto acabaram recusadas pela Igreja e caíram no esquecimento. É que apesar de encerrado o libelo cível de força e esbulho dos Dias Campos contra os Reis de Araújo, ainda pairavam sobre todos aqueles terrenos uma séria dúvida quanto ao seu direito de propriedade.

A conjugação de interesses para a construção de uma capela

A intenção de se construir um lugar de culto desde 1845 nas Palmeiras, além das motivações religiosas, buscava também, como já vimos atender à legalização jurídica das posses daqueles moradores. Mas este processo significava também um ato político significativo:

“Não era apenas o acesso garantido à tão desejada assistência religiosa, mas igualmente, o reconhecimento daquela incipiente comunidade, de fato e de direito, perante a Igreja oficial, portanto, perante o Estado. Não era apenas o acesso aos sacramentos, mas também a garantia do registro de nascimento, de matrimônio, de óbito, registros oficiais com todas as implicações jurídicas e sociais. Aqueles posseiros de terras desejavam também o usufruto da formalidade civil com todo o direito à segurança que pudesse propiciar. É como se passassem de simples indivíduos a cidadãos, de homens sem direitos a homens com direitos, elevados a uma categoria superior e aceitos como concidadãos de uma nova comunidade.” (LAGES, 2010, p. 248).

Não há dúvida de que os devotos de São Sebastião ergueram ali uma pequena ermida, se bem que não seja possível determinar a época exata de tal construção. No início de 1852, parte dos materiais para a construção da capela já estava ali à disposição e

a capela só não havia sido erguida ainda por falta de autorização eclesiástica (COSTA). Esta acabou sendo concedida pelo Bispo em 17.08.1852, independentemente da existência e aprovação de um patrimônio que a sustentasse.

O eixo de interesse na construção da capela desviou-se, então, das Palmeiras para as fazendas do Retiro, Barra do Retiro, Ribeirão Preto e Laureano. Estas fazendas se originaram também do fracionamento da antiga fazenda Rio Pardo, disputada entre os Reis e os Campos. Já ocorria ali também um intenso processo de sucessões decorrente de heranças, compras, vendas, doações e permutas. Isso fez aumentar em muito o número de moradores naquelas glebas.

Palmeiras deixou de sediar a comunidade que se formava, mas a documentação nos permite concluir que foi a mesma comunidade que decidiu, por diversas razões, levar este centro de interesses para um ponto mais central da antiga Rio Pardo. Outra conclusão é que a referência originária de toda esta comunidade era, de fato, o antigo latifúndio disputado entre as duas famílias de Batatais e não somente a fazenda das Palmeiras, ponto inicial e de maior tensão de toda aquela disputa.

Com certeza havia ainda algo mais que a pudesse justificar a transferência deste centro de interesses. Até a escolha do lugar onde seria construída a capela e centro da comunidade, já planejada e desejada é um ato também econômico significativo, pois, pela sua distância, determinava o custo do transporte para cada fazendeiro (DEAN). O mesmo se pode dizer de Ribeirão Preto:

“os patrimônios constituíam porções de terra cedidas por um senhor, ou por vários vizinhos, para servir de moradia e de meio de subsistência a quem desejasse morar de forma gregária e voltada para certas atividades ou que tivesse, no fundo, outro tipo de relacionamento de trabalho ou de troca com os doadores. Os grandes concessionários de terras desfaziavam-se eventualmente de pequena parte do que detinham para atender à população não possuidora de chão e para se valer de sua instalação gregária próxima, produtiva e

consumidora”. (MARQUES, 1991, p. 22).

Isto explica o interesse dos irmãos Castilho em participar diretamente de todo o processo de petições junto às autoridades para o aceite, registro e legalização das doações. Eram talvez os maiores interessados na constituição de um patrimônio eclesiástico, da construção de uma capela e de uma povoação em torno dela, se bem que não doaram coisa alguma para a Igreja, mesmo sendo grandes proprietários. Isto porque eram fortes comerciantes, com grandes interesses na venda fácil de seus produtos para toda uma população rural que crescia com a chegada intensa de famílias vindas do sul de Minas, como os Nascimento, Bruno da Costa, Pereira e tantas outras.

2 – Formação da comunidade de São Sebastião do Ribeirão Preto: seus fundadores

As fazendas que acabamos de citar ficavam muito distantes das sedes das freguesias mais próximas: São Simão e Batatais. Este continuou sendo o argumento explícito para a formação de uma comunidade religiosa e construção de sua capela, camuflando outros interesses, de ordem jurídica, civil, política e até econômica.

Também já vimos que, naquela época, uma forma estratégica de legalizar as posses “mansas e pacíficas” de terras era exatamente fazer uma doação de um terreno para a construção de uma capela. Esta doação era recebida oficialmente pela Igreja e ficava registrada nos livros paroquiais. Este registro legalizava perante a Justiça toda a propriedade da fazenda.

O primeiro a perceber isso foi José Matheus dos Reis, mas sua tentativa foi frustrada, pelas razões de que já falamos. Depois, outros posseiros das terras das Palmeiras, da Figueira e do Exgoto tentaram o mesmo, sem sucesso.

Paralelamente, outro grupo de moradores da fazenda do Retiro, dispondo de maiores recursos e mais influência junto à Igreja, iniciaram um movimento com os mesmos objetivos: formar um patrimônio em terras e construir uma capela para São Sebastião. Eram eles:

5 - Doadores de terras para a formação do patrimônio de São Sebastião do Ribeirão Preto

DOADORES	EXTENSÃO	DATA DA DOAÇÃO
Severiano João da Silva e sua mulher Gertrudes Maria Teodora	12 alqueires	16.03.1853
João Alves da Silva Primo e sua mulher Ana Delfina Bezerra	30 alqueires	19.12.1852
José Alves da Silva e sua mulher Pulcina Maria de Jesus	2 alqueires	1856
José Borges da Costa e sua mulher Maria Felizarda	9 alqueires	20.03.1853
Mariano Pedroso de Almeida e sua mulher Maria Lourenço do Nascimento	2 alqueires	22.04.1853
Ignacio Bruno da Costa e sua mulher Maria Izidora de Jesus	9 alqueires	19.04.1853

Mas quem eram estes moradores que podemos, agora sim, considerar como fundadores oficiais de Ribeirão Preto?

Sem o gesto destes doze cidadãos, “a cidade hoje não existiria, ou pelo menos, não no lugar e da forma como ela foi organizada desde seus primórdios.” (LAGES, 2004, CD-ROM, cap. 3). Esses, na verdade, usaram de uma estratégia juridicamente mais eficiente que os moradores da fazenda das Palmeiras: um dos condôminos da fazenda do Retiro, Antônio José Teixeira Júnior, havia requerido na Justiça a sua divisão, descontente que estava com as pretensões de outros em constituir uma capela dentro da área que julgava ser sua. E, assim, com a divisão determinada pela Justiça, todas as propriedades foram legalizadas e no mesmo ato puderam separar um terreno de 62 alqueires, entre o ribeirão Preto e o córrego do Retiro, para o patrimônio eclesiástico, onde seria construída a capela de São Sebastião.

Vejam, então, quem são estes cidadãos, com base em pesquisa recente realizada no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto por Lages & Porto:

Severiano João da Silva tem sua procedência ainda desconhecida. Existe certa confusão com seu nome nos documentos

oficiais: ora Severino, ora Severiano; ora João, ora Joaquim. Sabe-se da existência de apenas um filho seu: Tobias Severino (ou Severiano) da Silva, nascido por volta de 1852 e casado com Maria do Rosário de Nazareth, filha de Manoel de Nazareth de Azevedo e Maria Pulcina de Jesus. Tobias e Maria do Rosário tiveram duas filhas, Maria, nascida em 1883, e Amélia, nascida em 1887. Maria do Rosário faleceu em 24.06.1894. Tobias foi delegado de polícia por volta de 1905 com a patente de capitão em Sertãozinho. Foi também farmacêutico e grande comerciante de fazendas e armarinhos, secos e molhados naquela cidade e em Pontal. (In MARTINS, 1905).

Para se ver como esta empreitada da fundação era obra de uma extensa família, esta Maria Pulcina de Jesus, sogra de Tobias, era filha de José Borges da Costa. Foi também Tobias quem vendeu parte de suas terras na Fazenda do Retiro para José Teodoro Jacques que construiu ali o núcleo inicial do bairro Santa Cruz.

João Alves da Silva que aparece ainda com o sobrenome “Primo” para diferenciar de outros parentes com o mesmo nome nasceu por volta de 1828. Era filho de Vicente Alves da Silva e Ana Jacinta Nascimento (ou Machado), posseiros da região das Palmeiras. Seu pai era irmão de Maria Madalena de Jesus, mãe dos irmãos Reis de Araújo que foram os primeiros posseiros da área de Ribeirão Preto. A doação desse casal, a maior dentre todas, estava, como tudo indica, integrada às anteriores da fazenda das Palmeiras, mas acabou sendo aceita em conjunto com outras da fazenda do Retiro. A seguir, os descendentes imediatos de João Alves da Silva Primo (cf. LAGES, 2010, p. 212).

João Alves da Silva Primo, nascido em data incerta, foi casado pela primeira vez com mulher que até agora não se conhece o nome e com quem teve dois filhos:

1. Joaquim Alves, idiota, nascido por volta de 1838 e falecido em 22.11.1882, e
2. Ana Rita que se casou com Francisco Honório Ferreira

e com quem teve duas filhas que identificamos:

1. Maria, batizada em 14.10.1862 e
2. Brasileira, nascida em 1867.

João Alves da Silva Primo casou-se pela segunda vez com Ana Delfina Bezerra (ou Flauzina, conforme pesquisa de Roberto Vasconcelos Martins), nascida em 1820, também viúva de Laureano Vieira de Almeida, falecido em 1841. Ela era filha de Antônio Bezerra Cavalcanti e Bárbara Maria Gertrudes (da família Reis de Araújo). João e Ana tiveram três filhos:

1. Germano, batizado em 15.6.1844; não aparece no inventário de sua mãe em 1865, devendo ter falecido ainda jovem;
2. José Alves Bezerra da Silva, batizado em 15.09.1845 e que aparece ainda solteiro no inventário de sua mãe em 1865, e
3. Maria, batizada em 02.09.1848 e que não aparece no inventário da sua mãe em 1865 e que deve ter falecido também ainda jovem.

Do seu primeiro casamento com Laureano Vieira de Almeida, Ana Delfina teve duas filhas:

1. Maria Cândida Bezerra, nascida por volta de 1840 e já viúva quando a mãe faleceu em 1863 e
2. Flauzina Maria dos Reis, nascida em 1841 e que se casou com seu primo Miguel Bezerra dos Reis.

Ana Delfina Bezerra veio a falecer em junho de 1863, sem testamento, na freguesia de São Simão, sendo inventariada a partir de 01.03.1865, na fazenda do Ribeirão Preto, sendo inventariante o seu próprio marido. Este, por sua vez, faleceu em março de 1870, sem testamento, no distrito de Ribeirão Preto, sendo inventariado a partir de 07.10.1870 na fazenda do Laureano.

no, no referido distrito de Ribeirão Preto, sendo inventariante seu filho e herdeiro, José Alves Bezerra da Silva.

José Alves da Silva, filho de Antônio Alves e de Maria Magdalena, batizado em 26.04.1823 e falecido em 26.04.1877. Era primo de João Alves da Silva Primo de que já falamos anteriormente, pois seus pais eram irmãos (família Alves da Silva). Fez uma primeira doação de terra para a construção da capela nas Palmeiras. Não sendo aceita, fez uma segunda, no Retiro que, então, foi aceita juntamente com as demais. Faleceu em 26.04.1877, em Ribeirão Preto. Filhos deste casal, batizados em Ribeirão Preto (ver LAGES, 2010, p. 210-211):

1. João Alves da Silva (Sobrinho?) batizado em 02.12.1855 que se casou com Senhorinha Maria da Conceição em 31.07.1875; ela era filha de Severino Bezerra dos Reis e Maria Bernardina de São José; este casal teve três filhos que pudemos identificar nos assentos de batismo de Ribeirão Preto, a saber:

1. Maria, batizada em 02.06.1878 e falecida em 18.04.1881;
2. Firmino, batizado em 05.08.1880 e
3. Virgílio, batizado em 06.01.1883.

2. Jerônimo, batizado em 30.07.1857 e
3. Policena, batizada em 14.05.1860.

Pesquisas recentes de LAGES & PORTO conseguiram grande quantidade de informações sobre os outros três fundadores de Ribeirão Preto. Vejamos.

José Borges da Costa foi uma das figuras mais interessantes nos primeiros anos da constituição de Ribeirão Preto. Ele era filho de outro José Borges da Costa, de Campanha, e de Ana Maria da Trindade, de Guaratinguetá. José Borges da Costa, o

batizado aos 20.10.1793 na matriz da Campanha. Ainda no sul de Minas, casou-se em 1820, com Maria de Nazareth, nascida em 1802, natural de Aiuruoca, filha do Capitão Manoel Moreira da Costa com sua segunda esposa, Perpétua Maria de Jesus, esta filha de João Pereira da Costa e Úrsula Maria.

Podemos considerar os membros da família Borges da Costa como autênticos “entrantes” que saíram de suas terras no sul de Minas, ainda na década de 1820. Os maços de população de Casa Branca, de 1825, citam pela primeira vez a presença de José Borges da Costa, o pai, em algum ponto ao sul do Rio Pardo. Encontramos José Borges da Costa, o filho, mencionado na mesma documentação em 1827 e 1829. Vários de seus irmãos são ali também mencionados.

Amealhou durante a vida uma enorme fortuna em terras, escravos e gado, com toda certeza proveniente dos seus casamentos arranjados. Casou-se da primeira vez com Maria de Nazareth, natural de Aiuruoca, filha do Capitão Manoel Moreira da Costa com a sua segunda esposa Perpétua Maria de Jesus; viúvo, casou-se uma segunda vez com a viúva de Manoel José dos Reis, Maria Felizarda; uma terceira vez, casou-se com Ana Flausina do Carmo, filha de Joaquim José Ferreira e Maria do Carmo, viúva de Manoel Joaquim dos Santos, rico fazendeiro da região de Águas Claras, casamento que durou pouco mais de um ano; e pela quarta vez, casou-se com Leonor Nogueira Terra, filha de outro entrante mineiro, João Nepomuceno Terra, procedente de Lavras que madrugou nas terras do ribeirão Tamanduá, com sua mulher Hipólita Joséfina Nogueira de Barros, descendente dos fundadores de Baependi.

Os descendentes do primeiro casamento

Os maços de população de São Simão de 1835 citam José Borges da Costa, o filho, como morador no quarteirão do ribeirão Tamanduá. Tinha então 46 anos, era branco, livre, brasileiro, negociante, possuía onze escravos, era casado com Maria de

Nazareth. O casal tinha quatro filhos (cf. LAGES, 2010, p.194-195):

1. Francisco Borges da Costa, nascido em 1823 (ou em 1821, cf. Guimarães, 2000) e que se casou com Maria Inácia de Oliveira; o casal vivia em São José do Rio Preto em 1868, quando do inventário de seu pai;tiveram os seguintes filhos:

1. Ignacio, batizado em 19.03.1848;
2. Rita, batizada em 06.08.1849 e
3. Maria, batizada em 01.06.1850.

2. Antônio Borges da Costa (ou do Nascimento), nascido em 1827 e que se casou com Luiza Maria de Oliveira, filha de Manoel Joaquim de Oliveira e Maria Luiza de Souza com quem terá os seguintes filhos:

1. Manoel Borges de Oliveira, nascido em 1848 e que se casou, em 31.07.1868, nada menos, com a viúva de seu avô paterno, José Borges da Costa, Leonor Nogueira Terra, como ainda veremos;
2. Maria Luiza de Oliveira, batizada em - 20.01.1848, casada com Francisco Antônio Oliveira, proprietário de terras na Fazenda Retiro; ele era filho de Antônio Joaquim de Oliveira e (Ana Barbosa) Maria Luíza de Jesus (e neto paterno do Capitão Manoel Joaquim de Oliveira e Maria Luíza de Jesus). Residiam em Cajuru em 1868, quando do inventário de José Borges da Costa; seus filhos:

1. Luiza, batizada em 30.07.1867;
2. Emília, batizada em 03.04.1870, e que se casou com seu primo, João de Oliveira Martins, filha de Emília Garcia Duarte de Oliveira Martins e
3. Antônio, batizado em 20.09.1872.

3. Antônio, batizado em 01.08.1856 e
4. Maria, batizada em 29.07.1857.

A informação de que Antônio Borges da Costa faleceu em Casa Branca em 1865 precisa ser confirmada. Luiza Maria de Oliveira casou-se segunda vez com José Pedro Alves.

3. Pulcina Maria Perpétua que vai se casar com Manoel de Nazareth Azevedo e
4. Maria (das Dores).

A primeira mulher de José Borges da Costa, Maria de Nazareth, faleceu em 1837 e seu inventário foi aberto no Juízo de Órfãos da Vila de Mojimirim, sendo ele mesmo o inventariante e meeiro. (Inventário de Maria de Nazareth. Cartório do 1º Ofício de Mojimirim, 1837, m. 144). Ela faleceu na fazenda da Figueira, ainda indivisa. Numerosos bens vieram ao inventário: terras, escravos, móveis, animais, etc.¹⁰

Conhecemos a história de José Borges da Costa principalmente através dos inúmeros inventários de que foi ora vítima, ora beneficiado, mas sempre provocando muitas desavenças e rancores entre as famílias envolvidas. Os grandes domínios territoriais da família Reis de Araújo esvaiu-se rapidamente com boa parte deles indo para as mãos de José Borges da Costa e seus descendentes através dos mais diversos artifícios, principalmente de inventários.

Isto explica, por exemplo, a enraizada hostilidade de José Borges da Costa com Matheus dos Reis de Araújo, filho de Vicente José dos Reis, que se casara com sua prima e também enteada do próprio José Borges, Ana Maria Luíza. Até mesmo tentativa de homicídios e inúmeras queixas-crime entre os dois foram parar na Justiça.

10 - Terras e escravos alcançavam as maiores avaliações nos inventários daquela época. Mais estes que aquelas.

Os descendentes do quarto casamento

A quarta esposa de José Borges da Costa foi Leonor Nogueira Terra, filha de João Nepomuceno Terra e de Dona Hipólita Josefina Nogueira. O primeiro era entrante de Lavras, a segunda, descendente dos fundadores de Baependi (Minas). Ela teve com José Borges da Costa quatro filhos, a saber (cf. LAGES, 2010, p. 200):

1. João Batista Nogueira (Borges), nascido em 24.10.1860 e batizado em 01.01.1861, casou-se com Maria do Carmo do Nascimento em 23.01.1884.

Ela era filha de José Ignacio da Silva Onça e Maria de Nazareth de Jesus. Maria do Carmo faleceu de parto em 19.05.1887. (Inventário de Maria do Carmo. Cartório do 1º Ofício de Ribeirão Preto, 1887, caixa 8, APHRP). Este casal deixou quatro filhos:

1. José, nascido em 1884 e que deve ter falecido criança;
2. Luiz, batizado em 03.05.1885;
3. Antônio, nascido em 1886, e
4. Hipólita Nogueira da Costa, batizada em 18.05.1887, casada com João Batista da Costa, com quem teve uma filha, Silvana da Costa Cardoso. Ele era nascido em Bonfim Paulista e contava com 78 anos, quando faleceu em 26.03.1943 na cidade de Itabapuã. Ele era irmão de Américo Batista da Costa e Joaquim Ignacio da Costa. (Nota do Dário da Manhã, 28.03.1943, p. 8). Ele teve um filho, chamado Joaquim, que faleceu em 06.09.1895, com dois anos e meio de idade.

João Batista Nogueira (Borges) casou-se pela segunda vez, com Maria Úrsula Pontes, que já era viúva de Carlos Ferreira de Andrade, filha de Matheus Luiz de Pontes e Cândida Máxima de Jesus, neta materna de Antônio Maciel de Pontes e Sabina

Alexandrina de Oliveira, fundadores da fazenda do Sertãozinho. João Batista e Maria Úrsula não tiveram filhos. Ele faleceu em 24.04.1931 com 68 anos.

2. João Borges Nogueira, nascido em 24.06.1862 e batizado em 29.07.1862, casou-se em 08.01.1881 com Henriqueta Maria do Nascimento, filha de José Dias de Oliveira e Marcolina Francisca do Nascimento (esta é filha de Manoel Fernandes do Nascimento); deixaram, pelo menos, dois filhos, a saber:

1. José Borges Nogueira, batizado em 30.10.1882, e
2. Antônio Borges Nogueira, batizado em 20.07. 1886; com 18 anos em 1903, casou-se com Francisca de Oliveira Pontes, de 14 anos; ela era filha de Inocêncio Maciel de Pontes e Maria Madalena Pontes, descendentes dos primeiros povoadores de Sertãozinho e Pontal; Antônio era, naquele ano, telegrafista em Ribeirão Preto, quando sua mãe ainda era viva

João Borges Nogueira faleceu em 29.01.1885 com apenas 23 anos (Inventário de João Borges Nogueira. Cartório do 2º Ofício de Ribeirão Preto, 1885, cx. 6). Henriqueta contraiu segundas núpcias com Joaquim Carlos Cardoso.¹¹

3. Ana Zeferina Nogueira, batizada em 15.05.1864 com três meses de idade, casou-se, em 12.10.1878, com Domingos Pinto de Paula, filho de Domingos Dias Pinto e Francisca Carolina de Paula; tiveram, pelo menos, uma filha:

1. Etelvina, batizada em 12.08.1880 e já falecida em 1895.

11 - Joaquim Carlos Cardoso fora casado pela primeira vez com Maria Joaquina. Um filho deste casamento, Diogo Carlos Cardoso, foi negociante em Ribeirão Preto e aparece no primeiro censo do Império, de 1873. Diogo Carlos Cardoso é natural de Mojimirim (Translados do Sumário de Culpa do Alf. Diogo Carlos Cardoso. Cartório do 1º Ofício de Ribeirão Preto, 1877, cx. 327-A).

Em 1895, Ana Zeferina já falecera, depois de se casar novamente com Benedicto Rodrigues do Prado Sobrinho.

4. Maria Josefina Nogueira, nascida por volta de 1866, casou-se, em 14.07.1879, com Domingos Martins Ribeiro, nascido em Guimarães, Portugal, por volta de 1858, filho de José Martins Poças e Antônia Rita Ribeiro Martins. Deste casamento não houve descendência, conforme testamento de sua mãe em 1924.

Domingos Martins Ribeiro reconheceu como filho natural a Henrique Martins Alves Ribeiro. Em 1910, Maria Josefina Nogueira Martins redigiu seu testamento (Testamento de Maria Josefina Nogueira Martins, 1910, Cartório do 1º Ofício de Ribeirão Preto, cx. 171-A, APHRP), ainda com seu marido vivo. Residiam na Rua do Comércio, 55, numeração antiga, em Ribeirão Preto. Depois da morte de Domingos, o seu filho natural Henrique chegou a ser ameaçado de morte pelo avô que veio de Portugal para o Rio de Janeiro. Este desejava que o seu neto desistisse da herança do pai. (Translados dos Autos de Ação Ordinária: Alm. Emílio de Miranda Ferreira Campelo e Herdeiros de José Martins Poças, 1º vol., Cartório do 1º Ofício de Ribeirão Preto, 1917, cx. 201-A, APHRP).

José Borges da Costa faleceu em 18 de Dezembro de 1867, sendo enterrado no primeiro cemitério de Ribeirão Preto que existia aos fundos da matriz de São Sebastião, na atual Praça XV. Não deixou testamento e seu inventário passou a correr em 1868 (Inventário de José Borges da Costa. Cartório do 2º Ofício de Ribeirão Preto, 1868, cx. 3-B) e seus autos encontram-se no Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Ribeirão Preto. Este inventário somente se encerrou vinte anos depois, com o casamento que tornou um dos herdeiros maior de idade. Mas, em 1895, o inventário foi reaberto, a pedido de Dona Leonor, sua viúva, devido à necessidade de uma sobrepartilha de bens do espólio

que não foram listados e avaliados na partilha principal, vinte e cinco anos antes.

Uma viúva que fez história em Ribeirão Preto

Tornando-se viúva de José Borges da Costa em 1867, Leonor Nogueira Terra logo arranjou rapidamente um novo marido: nada mais do que seu neto afim, Manoel Borges de Oliveira, que também residia no arraial do Ribeirão Preto. Ele era neto de José Borges da Costa, filho de um filho dele, do primeiro casamento com Maria de Nazareth. Tratava-se de mais um casamento entre parentes, muito comum naqueles tempos, neste caso entre avó e um neto afim. Eram casamentos “arranjados”, mais por interesses econômicos do que por qualquer outra coisa. Um ano depois, sem filhos, morre este marido-neto e Dona Leonor continua tendo filhos, sem ter um novo marido.

Ela fez seu inventário em 14 de junho de 1924, quando declarou ter 85 anos de idade e faleceu em 17.01.1929 com 90 anos. (Testamento de Leonor Nogueira Terra, Processos Antigos do Cartório do 1º Ofício de Ribeirão Preto, caixa 284-A, Pesquisa Mauro Porto, 2012, APHRP).

No seu inventário, Leonor Nogueira Terra declarou que, no estado de viuvez, teve os seguintes filhos naturais que declarou como seus herdeiros:

1. Amélia, batizada em 30.04.1871, foi casada com Galdino Alves Correa Lobo, com descendência;
2. Deolinda Nogueira Botelho, batizada em 27.10.1877, casada com Cândido Mendes Botelho (deve ser seu segundo casamento), com descendência;
3. Altina Nogueira Gaya, batizada em 28.01.1875, foi casada com Jerônimo Gaya, nascida por volta de 1874 e falecida em 16.10.1939 (Nota de Falecimento, jornal Diário da Manhã, de 17.10.1939). Deixou os seguintes filhos:

1. José Nogueira Gaya, casado com Elide Barbela Gaya, residente em Ribeirão em 1939;
2. Luiz Nogueira Gaya, casado com Luisa Cavalcanti Gaya, moradores em São Paulo em 1939;
3. Thomaz Nogueira Gaya, casado com Hermínia Magalhães Gaya, moradores em São Paulo em 1939, e
4. Jorge Nogueira Gaya, casado com Nair Maestrello Gaya, médico em Jardinópolis em 1939.

4. Thomaz de Aquino Nogueira, batizado em 25.02.1877, estava vivo em 1924 e residente em Ribeirão Preto, quando do inventário de sua mãe Leonor. Ele faleceu em 01.11.1943 em Ribeirão Preto e no seu atestado de óbito (APHRP, caixa 522-A, 1º Ofício Cível), encontramos as seguintes informações: ele se declara filho legítimo de Thomaz de Aquino Pereira e Leonor Nogueira Terra, casado com Isaltina Pinto Nogueira com quem teve um filho chamado José Pinto Nogueira, com 29 anos, médico. Em 20.09.1954, existe uma procuração no mesmo documento em que José Pinto Nogueira afirma estar casado com Yedda Horta Nogueira e residiam, juntamente com sua mãe, à Av. Washington Luiz, 389, em Santos. Thomaz de Aquino Pereira pode ser o mesmo que aparece no registro de nascimento de Thomaz em 07.11.1875. (CIONE, vol. I, p. 93).

Mariano Pedroso de Almeida é um dos fundadores de Ribeirão Preto de raízes mais antigas na região. Filho de José Pedroso de Almeida e Ana Maria que foram recenseados em Batatais em 1814. Este José Pedroso recebeu carta de sesmaria em 25.11.1811, na paragem de Araraquara (próximo de Cajuru, seguindo o antigo Caminho dos Goiases). Justificaram para isso perante o governo que sua família já ocupava aquelas terras fazia

150 anos.¹³

Os maços de população de Mojimirim no século XVIII mostram inúmeros membros da família Pedroso com suas famílias, fixados nas suas posses próximas aos pousos do Araraquara, da Lage e do Cubatão, ao longo do caminho de Goiás. Com certeza, os Pedroso são tão antigos na região quanto às outras famílias também de paulistas, Reis de Araújo e Alves da Silva.

Mariano Pedro de Almeida foi um dos que sobreviveram por mais tempo depois da constituição da comunidade de Ribeirão Preto, processo em que teve participação importante pelo fato de ter sido um dos doadores de terreno para a formação do patrimônio da Igreja. É que ele estava ainda vivo em 1878, quando aparece na Lista de Eleitores daquele ano, então com 70 anos, com renda de 200 mil réis, na vila de São Sebastião do Ribeirão Preto.

Ignacio Bruno da Costa era mineiro de Itajubá, filho de Antônio da Costa Moreira e de Ana Maria de Jesus (da Costa), que ali se casaram em 1818. Ignacio nasceu em Itajubá e ali foi batizado em 17.10.1821, tendo como padrinhos Ignacio de Camaxo e Maria Antônia de Jesus.

Em 1838, o censo de Minas registrou a presença de sua família em Santa Rita do Sapucaí. Lá estava seu pai com 44 anos e sua mãe com 30. Aparecem também os filhos do casal: o mesmo Ignacio com 15 anos, João com 7, José com 4, Marcelina com 11, Beatriz com 9 e Maria com 1.

Pelos registros de batismo de Itajubá, Marcelina foi batizada em 11.05.1825, sendo seus padrinhos Custódio Rodrigues da Motta e Francisca Maria Gonçalves. Esta Francisca é sogra de

13 - Não era todo este tempo, com certeza, mas a presença dos Pedroso de Almeida na região é anterior a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva II. O sertanista de São Paulo, Francisco Pedroso de Almeida, nascido em 1674, filho de Luis Castanho de Almeida e de sua mulher Maria Pedroso, andando em busca de ouro, estabeleceu-se às margens do ribeirão Araraquara. Parentes e descendentes seus se espalharam por diversos pousos do Caminho dos Goiasés, mas sua presença é quase permanente na área do Cubatão, Araraquara e Cerca-do, próximo do cruzamento dessa antiga estrada com o Rio Pardo.

Manoel Fernandes do Nascimento (portanto, mãe de Marcolina e Paulina), o que sugere as duas famílias serem próximas e até aparentadas, até porque ambas tinham o sobrenome “Costa Moreira”. Beatriz foi batizada em 20.05.1827.

A presença de Ignacio Bruno da Costa é detectada pela primeira vez na região de Ribeirão Preto em 1847, quando aparece na lista de votantes de São Simão, então com 25 anos, já casado, residindo na Fazenda do Exgoto. É possível que tenha vindo para o sertão paulista entre 1838 e 1846 e chegado aqui junto com Manoel Fernandes do Nascimento, pois este tem inicialmente seu foco de interesses na Fazenda das Palmeiras, vizinha da Fazenda do Exgoto. Antônio da Costa Moreira, seu pai, faleceu em Ribeirão Preto em 10.04.1870 com 80 anos e Ana da Costa, sua mãe, faleceu em 25.12.1874.

Outro dado interessante sobre Ignacio Bruno da Costa é que, em 1838, pelo censo de Minas deste ano, sua família residia em Santa Rita do Sapucaí, sul de Minas, e era vizinha da família de José Antônio Pereira e Maria Magdalena, primeiros proprietários da fazenda Cravinhos quando esta separou da fazenda Figueira com a divisão judicial desta. Resta lembrar que Maria Magdalena era irmã de José Borges da Costa e José Antônio Pereira foi o requerente da divisão judicial da Figueira em 1848. O primeiro registro da presença de José Antonio Pereira é na Relação de Votantes de 1847, o mesmo acontecendo com Ignacio Bruno da Costa. Muito provavelmente, estas duas famílias chegaram juntas na região de Ribeirão Preto.

Ignacio Bruno teve cinco filhos do seu primeiro casamento com Maria Izidora de Jesus:

1. José Ignacio da Costa, casado, pela primeira vez, com Pulcina Júlia com quem teve dois filhos:

1. Zeferino, batizado em 07.06.1863 e
2. Olímpia, batizada em 01.08.1872.

Casado pela segunda vez, com Galdina Francisca do Nascimen-

to, José Ignacio teve mais três filhos:

3. Manoel, falecido com 1 dia em 31.08.1874;
4. Manoel Fernandes da Costa, batizado em 13.04.1879 e
5. Paulina Placidina do Nascimento, batizada em 19.08.1888, casada com Francisco Venâncio Martins.

Existe um assento de óbito de uma Ana, filha de José Ignacio da Costa, com 8 anos de idade, picada de cobra, aos 12.12.1876.

2. Maria Paulina, casada com Antônio Vieira de Almeida, residentes em Jaboticabal. Tiveram os seguintes filhos:

1. Francisco, batizado em 11.05.1874;
2. Tristão, batizado em 09.12.1878;
3. Maria, batizada em 19.01.1872;
4. Ana, batizada em 09.01.1876 e
5. Ignacio, batizado em 28.10.1877.

3. Joaquim Ignacio da Costa, casado com Ana Teodora do Nascimento. Tiveram os seguintes filhos:

1. Maria Inácia da Costa, batizada em 26.01.1871, casada com Antônio Alves Pereira;
2. Antônio Ignacio da Costa, batizado em 27.01.1878;
3. Américo Batista da Costa, nascido em 28.02.1877;
4. Paulina, batizada em 07.03.1882 e
5. Francisca Placidina do Nascimento, batizada em 13.10.1872 e falecida em 05.10.1897, casada com João Batista Nogueira da Costa. Foram filhos deste casal:
 1. Luiz, Joaquim;
 2. Sebastiana;
 3. Galdina e
 4. Francisco.
6. Sebastiana da Costa, batizada em 19.03.1886, casada

com Manoel Fernandes da Costa;

7. Ana, batizada em 1884;

8. Joaquim Ignacio da Costa, batizado em 08.02.1888, e

9. João Batista da Costa que se casou com Hipólita Graciana Nogueira. Provavelmente, ainda são filhos de Joaquim Ignacio da Costa e Ana Teodora do Nascimento: José Paulino da Costa e Horácio Antônio do Nascimento.

4. Ezequiel Ignacio da Costa que se casou com Maria Vicência de Jesus. Tiveram um filho:

1. Manoel, batizado em 10.02.1889.

5. Antônio Ignacio da Costa, casado com Maria Francisca da Conceição, falecida em 1892. Tiveram um filho:

1. Laudelino, batizado em 02.04.1889.

Ignacio Bruno da Costa casou-se segunda vez em 23.11.1872 com Ana Silvéria Nogueira, viúva de João Martins Borrvalho (que já havia sido sua segunda esposa) e com ela teve mais nove filhos:

1. João Ignacio Nogueira, batizado em 11.05.1874;

2. Antônio Ignacio Nogueira, nascido em 1876;

3. Maria, batizada em 07.01.1887;

4. Missias Ignacio da Costa, nascido em 1880;

5. Ignacio da Costa Nogueira, batizado em 03.12.1882;

6. Luis, batizado em 29.03.1885;

7. Sebastião, batizado em 13.12.1889;

8. Maria Teodora, nascida em 1886, e

9. Ana, batizada em 27.04.1879, falecida ainda criança.

Ignacio Bruno da Costa foi cafeicultor na região de Ribeirão Preto no final do século XIX. Deixou um formidável espólio avaliado em 33.550\$000. Ele faleceu em 04.10.1890. (Inventário de Ignacio Bruno da Costa. Cartório do 1º Ofício de Ribeirão Preto, 1890, cx. 11, APHRP).

3 – Vida e morte de Manoel Fernandes do Nascimento

Além daqueles seis posseiros de terras com suas respectivas mulheres, outra figura de grande destaque em todo este processo de “fundação” da comunidade foi Manoel Fernandes do Nascimento. Salta aos olhos nos documentos da época que Manoel Fernandes era o grande líder, o grande organizador da comunidade na luta pela construção da capela e da povoação, primeiramente na fazenda das Palmeiras, depois na fazenda Barra do Retiro. Encontramos sua assinatura como testemunha nos documentos de doações de terra na fazenda das Palmeiras nas tentativas fracassadas de constituição ali de um patrimônio eclesiástico desde 1853.

Ele não tinha raízes na região, como os paulistas Reis de Araújo, nem madrugara nestas terras como os mineiros Borges da Costa. Era um adventício, um forasteiro, seria chamado de entrante nos documentos do início do século. Sonhou com uma cidade num contexto eminentemente rural. Quem sabe uma segunda Itajubá.

Ele pode ser considerado o primeiro urbanista de Ribeirão Preto, foi quem abriu as primeiras ruas e travessas do arraial, demarcou seu largo central, mesmo antes da construção da

capela. Mineiro como a maioria dos primeiros povoadores, pagou com a vida pelo sonho e atrevimento de querer construir uma urbe. Foi com certeza a maior vítima de todo um conjunto de tensões e conflitos que emergiu naqueles tempos tão difíceis, mas tão esperançosos. De esperanças levadas à frente por toda a sua numerosa descendência que se espalhou por Ribeirão Preto, São Simão, Serrana e Serra Azul.

Vamos agora conhecer melhor a vida e a descendência de Manoel Fernandes do Nascimento. Ele era filho de outro Manoel Fernandes do Nascimento, natural da Ilha da Madeira, e de Albina Maria da Conceição, natural de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá (atual Delfim Moreira, em Minas Gerais), onde se casaram em 25.02.1797. Manoel Fernandes do Nascimento aparece no censo de Minas de 1832, listado no distrito da Matriz Nova do Itajubá (para diferenciar do Itajubá Velho, atual Delfim Moreira), então com 15 anos de idade, com sua mãe já viúva, mas comandando uma propriedade com uma vintena de escravos. Na sua família (ou como nos documentos da época, no seu fogo), aparece um agregado, muito provavelmente um parente de seu pai, chamado Ignacio, com 18 anos. Pode ser um primo ou um tio. Mas ficamos tentados em admitir que este Ignacio tem grande chance de ser Ignacio Bruno da Costa, de que acabamos de falar, também este um dos fundadores de Ribeirão Preto, também originário de Itajubá, que chegou à região do nordeste paulista na mesma época de Manoel Fernandes. Podem ter vindo juntos.

Manoel Fernandes foi batizado com três meses de idade em 05.12.1816 em Itajubá Velho, tendo como padrinhos o Capitão Manoel (sic) de Melo e Dona Antônia Rodrigues. O celebrante foi o coadjutor Cândido José Franca.

Manoel Fernandes do Nascimento se casou pela primeira vez com Marcolina Placidina da Costa em 29.08.1834 no Itajubá Velho, e pela segunda vez com a irmã dela, Paulina Placidina da Costa (do Nascimento), portanto com sua cunhada, em data que ainda não descobrimos, no Itajubá Novo. Outra possibilidade é

que essas irmãs tenham alguma relação de parentesco com Ignacio Bruno da Costa, já que tinham o mesmo sobrenome, mas é apenas uma hipótese.

Marcolina e Paulina eram filhas de José Joaquim da Costa e Francisca Maria Gonçalves. Elas aparecem também no censo de Minas, de 1832, ainda menores, em companhia de seu pai já viúvo, com 41 anos de idade, no distrito da Matriz Nova do Itajubá. Por este documento, Marcolina nascera em 1821 e Paulina, em 1826. Marcolina foi batizada em Itajubá em 10.06.1821 pelo coadjutor Pe. José Geraldo de Souza e Silva e teve como padrinhos o vigário Pe. Lourenço da Costa Moreira e Dona Maria Marques, mulher do Alferes João de Meirelles Leite, moradora em Guaratinguetá, por procuração que apresentou Gertrudes Floresminda Duarte.

Já Paulina foi batizada em 05.05.1826 pelo vigário Lourenço da Costa Moreira e teve como padrinhos o coadjutor Pe. Pedro Nolasco Cesar e Dona Maria José Pereira por procuração que apresentou Maria da Costa.

Outras irmãs de Marcolina e Paulina foram: Mariana, batizada em 11.06.1824 em Itajubá; Francisca, batizada em 12.07.1828 pelo coadjutor Pedro Nolasco Cesar e teve como padrinhos o vigário Lourenço da Costa Moreira e Dona Felizarda Thomazia Amaral. (Livro Assentos de Batismo, Itajubá, 1823-1828). Esta Felizarda era filha natural do vigário, Pe. Lourenço da Costa Moreira.

A última das irmãs foi Ana, batizada em 07.08.1831 em Itajubá, sendo padrinhos Ignacio Teodoro de Araújo e Ana Nogueira Ramos. Francisca Maria faleceu em 25.07.1831, de complicações do parto de Ana.

Manoel Fernandes do Nascimento¹⁴ foi fabricante da capela

14 - Fábrica é o termo utilizado para designar os rendimentos da propriedade da Igreja, inclusive do seu patrimônio de terras com a cobrança do foro daqueles que queiram se fixar em seus domínios. O fabricante seria, portanto, o administrador e zelador da fábrica, por provisão eclesiástica.

de São Sebastião do Ribeirão Preto, nomeado pelo bispo de São Paulo, Dom Antônio Joaquim de Melo, em 23 de agosto de 1859, dia em que este bispo estava em visita á capela do Ribeirão Preto e quando realizou o batizado de várias crianças, cujos assentamentos foram anotados pelo vigário de São Simão, Pe. Antônio Pires do Prado.

Os descendentes do primeiro casamento

Com Marcolina Placidina da Costa, Manoel Fernandes do Nascimento teve os seguintes filhos, todos nascidos no sul de Minas, antes da família se mudar para a região de Ribeirão Preto:

1. Maria Francisca, batizada em 14.04.1835 em Itajubá, e que se casou já na região de Ribeirão Preto aos 04.08.1850 com José Venâncio Martins Borralho, filho de José Venâncio, e com quem teve os seguintes filhos:

1. Silvana, casada com Moisés Fernandes do Nascimento, seu tio, pois é irmão de sua mãe por parte de pai (do segundo casamento deste), falecida em 21.05.1904 com 40 anos;
2. Maria, casada com Lino Fernandes Martins;
3. Paulina Francisca do Nascimento, casada com Antônio Ferreira de Freitas;
4. Martiniano, casado com Francisca Nascimento Martins;
5. Lúcia (ou Luzia) do Nascimento, casada com Salviano Venâncio Martins; tiveram uma filha chamada Leontina Martins, falecida em 25.11.1918, com 30 anos;
6. Paulo, casado com Maria das Dores Venâncio Martins;
7. Luís, casado com Laurinda Ferreira;
8. Helena, casada com Francisco Bento;
9. José Venâncio Martins (Filho), casado com Francisca Fernandes do Nascimento, sua tia, pois era filha mais velha do segundo casamento de Manoel Fernandes (com

Paulina); José Venâncio Martins foi vereador em Ribeirão Preto, na segunda legislatura (1877-1880);
10. Paulo, casado com Maria das Dores Venâncio Martins.

Não foram encontrados os registros de batismo dos filhos de Maria Francisca e José Venâncio Martins em São Simão e Ribeirão Preto, o que sugere ter a família residido em outra freguesia.

2. Sabino Fernandes do Nascimento que se casou com Ana Maria de Jesus (mais tarde conhecida como Ana Beralda) e teve uma filha:

1. Belmira (ou Delminda) Marcolina Garcia, batizada em 14.06.1866, sendo seus padrinhos os próprios avós, Manoel e Paulina, e que se casou em Ribeirão Preto em 14.08.1881 com Joaquim de Oliveira Garcia, filho de Manoel Joaquim de Oliveira.

Sabino morreu aos 35 anos de “inflamação” em 16 de agosto de 1876. Deve ter nascido, portanto, por volta de 1841 ainda no sul de Minas, mas o seu registro de batismo ainda não foi localizado.

3. Laurinda Francisca do Nascimento (ou Martins), batizada em Itajubá em 06.03.1839. (há informação de que nasceu em Serra Azul, mas deve ser equívoco). Casou-se, pela primeira vez, com Francisco Venâncio Martins e teve os seguintes filhos:

1. Firmino Venâncio Martins, que se casou com Maria Cândida de Castro, deixando os seguintes filhos:

1. Francisca, nascida em 1872 e batizada em 06.05.1873, casou-se com Messias Antônio de Paiva;
2. Brazilino, nascido em 03.09.1880, batizado em 06.02.1881, sendo padrinhos Antônio Gustavo Pereira e Maria Jacinta do Nascimento;
3. José Martins de Castro, nascido em 1876, casado

aos 18.11.1899 em Serra Azul (Fazenda do Bom Sucesso) com sua prima Maria do Nascimento Martins, filha de Lino Venâncio Martins e Maria Francisca do Nascimento;

4. Paulo, nascido em 1878;

5. Maria, nascida em 04.03.1883 e batizada em 19.08.1883, sendo padrinhos Marcolino Venâncio Martins e Eufrázia Francisca do Nascimento;

6. Cândida, nascida em 28.10.1885 e batizada em 26.01.1886, sendo seus padrinhos Salviano Venâncio Martins e Lucinda;

7. Pedro, batizado aos 25.10.1888 sendo seus padrinhos Luiz Venâncio Martins e Maria Francisca do Nascimento e

8. Luis, casado com Laurinda Francisca do Nascimento. Tiveram uma filha:

1. Maria, nascida em 04.02.1894 e batizada em 21.10.1894.

2. Lino Venâncio Martins, casado com Maria Francisca do Nascimento (ou d'Ávila) provavelmente em fins de 1877. Tiveram os seguintes filhos:

1. Firmino, nascido em 06.01.1880, sendo padrinhos Firmino Venâncio Martins e Laurinda Francisca do Nascimento (seu tio e sua avó). Casou-se em Serra Azul com Joana Ferreira Ramos em 30.08.1897 (o pai aqui já falecera). Ela era natural de Serra Azul e filha de José Ferreira de Freitas e Genoveva (ou Generosa) Ferreira Ramos;

2. Artur, nascido em Serra Azul em 1880, casou primeira vez com Maria Ferreira Nunes, natural do Ceará, filha de (sic) Ferreira e Ana Emília Vasconcelos (já falecidos). Maria faleceu em 02.06.1902, sem deixar filhos e Artur casou-se novamente com Maria de Oliveira em 02.06.1904, filha de Claudio José e Maria Cristina de

Jesus;

3. Altina, nascida em 1882 e falecida em 27.10.1883;
4. Maria, batizada em 23.11.1884;
5. Laurinda, nascida em 09.02.1887 e batizada em 27.03.1887, casada com Antônio da Silva Rosa em 25.01.1902, natural de Rezende (RJ), filho de Manoel Antônio da Silva Rosa e Idalina Emília da Costa. Tiveram uma filha:
 1. Maria Aparecida, nascida em Serra Azul, em 10.04.1916, e batizada em 01.07.1916.
6. Plácido, batizado em 08.06.1887;
7. Placidina, batizada em 25.10.1888, casada com Mário Mourão em Serra Azul em 10.11.1906, nascido em Bom Sucesso (MG) em 1975, filho de Marinho de Freitas Mourão e Herculana;
8. Antônio, batizado em 08.08.1890, e
9. Eufrásia, nascida em Serra Azul em 1892, casada em Serra Azul em 13.05.1911 com Sílvio Antônio da Silva Rosa, natural de Rezende, nascido em 1887, filho de Manoel e Idalina. Este Antônio é irmão de outro Antônio, casado com Laurinda. Duas irmãs casadas com dois irmãos. Eufrásia e Sílvio tiveram um filho:
 1. Ademar, nascido em Santa Rosa do Viterbo (onde residiam os pais) em 19.06.1916 e batizado em 08.10.1916, casou-se com Sebastiana Trovão em Serra Azul, filha de José e Maria Aparecida

Lino Venâncio Martins faleceu em 1897 e Maria Francisca do Nascimento faleceu em 20.03.1927. Seu atestado de óbito a chama de capitalista, certamente porque emprestava dinheiro. O casal residiu em Serra Azul (chamada na época de Capela do Espírito Santo da Serra Azul, filial de São Simão).

3. Salviano, nascido em 10.10.1857, sendo seus padrinhos Joaquim Venâncio Miranda e sua esposa (Maria Ferreira?);

4. Marcolino, nascido em 01.07.1861 e batizado em 07.08.1861, casou-se em São Simão com 18 anos com Delphina Leopoldina d'Ávila. Residiram em Mato Grosso dos Batatais (Altinópolis). Tiveram os seguintes filhos:
 1. Maria Leopoldina, nascida em Serra Azul em 1880, casada com 01.12.1898 em Serra Azul com João Pedro, negociante, nascido em 1875 na Síria, filho de Puaidar e Said Curre; Maria Leopoldina e João residiram na Fazenda da Boa Vista. Tiveram um filho, de nome Alarico, nascido em junho de 1901 e que faleceu com 6 meses em 24.12.1901;
 2. Maria, nascida em 05.09.1883, batizada em 15.11.1883;
 3. José, batizado em 23.11.1884;
 4. Eufrásia, nascida em 21.02.1886 e batizada em 11.04.1886;
 5. Líbia, nascida em 1887 e batizada em 07.03.1888 Casou-se em Serra Azul em 18.12.1915 com José Ferraz da Fonseca, filho de Manoel e Antônia Jesus, farmacêutico em Serra Azul, falecido em Ribeirão Preto em 1969; tiveram os seguintes filhos:
 1. Jarn, falecido em 25.01.1923;
 2. Dalva, falecida em 19.04.1923;
 3. José, batizado com 3 meses em 30.11.1(?)
 6. José, batizado em 23.11.1884;
 7. Antônio, batizado em 20.05.1891;
 8. Luís, batizado em 28.05.1893;
 9. Líbia Leopoldina Martins, a segunda com o nome, nascida em Mato Grosso dos Batatais (Altinópolis) em 1898;
 10. Delphina e
 11. José, batizado em 30.11.1888.
5. Batista, nascido aos 26.07.1863, sendo seus padrinhos Zeferrino de Souza Nogueira e Simplícia, e
6. Basílio, batizado em Serra Azul, em 07.08.1867 (ou em Ribeirão Preto aos 02.10.1867), sendo seus padrinhos Francis-

co Manoel de Souza e Gertrudes Brandina Ferraz, casado com Tereza. Tiveram os seguintes filhos, dentre outros:

1. Pedro, nascido em Serra Azul em 1890. Casado em Serra Azul com Francisca de Oliveira, filha de Claudio José de Oliveira e Maria Cristina, e
2. Petronilha, batizada em 18.06.1893, casou-se com Antônio Ignacio da Costa, nascido em Jacutinga (MG) em 1891, filho de Manoel e Maria Joana.

Em segundas núpcias, Laurinda Francisca do Nascimento foi casada com Francisco Ferreira de Freitas e teve os seguintes filhos:

1. Maria das Dores do Nascimento que se casou com José Venâncio Martins. Tiveram uma filha:
 1. Maria Francisca do Nascimento, casada com seu primo Lino Venâncio Martins, filho de Francisco Venâncio Martins e Laurinda Francisca do Nascimento, esta filha de Manoel Fernandes do Nascimento. (COGNETTI, s/d, p. 461).
 2. Eufrásia, casada com Luís Venâncio Martins;
 3. Laurinda Francisca, casada com o mesmo Luís Venâncio Martins, por viuvez deste, e deixou os seguintes filhos:
 1. Maria do Nascimento Martins;
 2. Alzira, casada com Jonas Venâncio Martins;
 3. Luiza, casada com Moacir de Carvalho Ramos;
 4. Luis Theodomiro Martins, casado com Judith Geny Brandão Martins;
 5. Theodorico Venâncio Martins, casado com Eunice Rosa Martins;
 6. Silvana, casada com Florêncio Barbosa Franco;
 7. Lucila Ferreira de Carvalho, casada com Dr. Antônio Ferreira de Carvalho;
 8. Nair, casada com Gumercindo Velludo;

9. Cecília;
 10. Mozart Villares de Carvalho;
 11. Odete, casada com Dr. Francisco Vilela;
 12. Laura Martins, viúva de Virgílio Venâncio Martins.
4. Altina e
5. Francisco Bento.

4. Theodolinda Francisca do Nascimento, batizada em Itajubá em 04.02.1837, casou-se aos 10.08.1853 em Ribeirão Preto com Joaquim Antônio do Nascimento, filho de Francisco Antônio do Nascimento, e teve com ele os seguintes filhos:

1. (Antônio) Baldomiro, batizado em 27.02.1857, sendo seus padrinhos os seus próprios avós Manoel e Paulina;
2. José (Joaquim), batizado em 05.12.1858, sendo seus padrinhos Antônio Joaquim da Cunha e Antônia Joaquina do Nascimento; casou-se em Ribeirão Preto com Maria Luiza do Espírito Santo, filha de João Luis Valadares e Maria Euflausina, aos 12.10.1878.
3. Porfírio Fernandes do Nascimento, casado em 27.05.1882 em Ribeirão Preto com Maria Silvéria do Nascimento, viúva de José Luis Valadares;
4. Marcolina Francisca do Nascimento, casada em Ribeirão Preto aos 02.02.1881 com Joaquim Antônio Ferreira, filho de Manoel Francisco Ferreira, e
5. Maria Eulália do Nascimento, casada em Ribeirão Preto aos 03.07.1878 com Leopoldo Olímpio Andrade, filho de Luís Pacífico de Andrade e Rita Flauzina de Jesus.

Theodolinda faleceu em Ribeirão Preto em 23.06.1871.

Os quatro filhos de Manoel Fernandes do Nascimento e Marcolina - Maria Francisca, Sabino, Laurinda Francisca e Theodolinda Francisca - após o falecimento da mãe, tiveram sua herança em terras da fazenda do Morro Grande, em Itajubá, removida para

terras na fazenda do Retiro, em Ribeirão Preto, em 05.05.1845, antes da mudança da família para esta região . (Inventário de Antônio Beraldo de Azevedo. Cartório do 1º Ofício de Ribeirão Preto, 1889, cx. 10, m. 96, APHRP).

Esta remoção foi feita por Manoel Fernandes com terras que comprou de Matheus dos Reis de Araújo e de sua mulher Ana Maria Luiza, avaliadas em 1.975\$000, herdadas do seu pai e sogro, Vicente José dos Reis. É de 26.10.1844 o título de propriedade que Matheus dos Reis passou a Manoel Fernandes na Fazenda da Figueira. Assim, podemos concluir que Manoel Fernandes do Nascimento desde 1844 planejava a sua vinda para Ribeirão Preto.

Ele chegou a Ribeirão Preto entre 1846 e 1848, já que seu segundo filho do segundo casamento, Moisés, ainda nasceu em Itajubá, em 1846. Mas sua presença já pode ser comprovada em Ribeirão Preto em 1848, quando aparece batizando sua filha Francisca na matriz de São Simão no dia de Natal daquele ano. Francisca havia nascido em 09.07.1848, mas o documento de batismo não fala onde.

Também numa ação de desforço que Manoel Fernandes e Luiz Antônio de Oliveira moveram contra Antônio José Teixeira Júnior em 1853, encontramos a informação que, em 1848, Fernandes comprara um terreno na fazenda da Barra do Retiro.

Os descendentes do segundo casamento

Manoel Fernandes do Nascimento casou-se segunda vez com sua cunhada, Placidina Paulina da Costa e teve com ela os seguintes filhos:

15 - Existe uma Ação de Reivindicação de 1876, de João Pereira da Motta e sua mulher e outro contra Ignacio Bruno da Costa e sua mulher, envolvendo uma área desta remoção pertencente a Sabino Fernandes do Nascimento (Cx 04-A, 1876, Cartório do 1º Ofício, APHRP, Pesquisa de Mauro Porto).

1-Marcolina Francisca do Nascimento, batizada em Itajubá em 22.11.1843, casada com José Dias de Oliveira, vereador em Ribeirão Preto entre 1877 e 1880, falecido em 1887. Tiveram os seguintes filhos:

1. Maria Madalena, casada em Ribeirão aos 08.01.1880 com Inocêncio Maciel Pontes, filho de Antônio Maciel de Pontes e Sabina Alexandrina de Oliveira, fundadores do Sertãozinho; por sua vez, esta Sabina é filha de Antônio João Ferreira e Beralda Alexandrina de Oliveira, fundadores da fazenda das Posses, e irmã de João Francisco de Oliveira que foi vereador em Ribeirão Preto na primeira legislatura, entre 1874 e 1877;
2. Adelaide, casada com seu tio Abdenago Fernandes do Nascimento, filho de Manoel Fernandes do Nascimento e Paulina Placidina da Costa.
3. José Dias de Oliveira, casado com Durvalina Martins de Oliveira;
4. Henriqueta, batizada em 15.11.1867, na matriz de São Simão, casada com João Borges Nogueira, filho de José Borges da Costa e Leonor Nogueira Terra; Henriqueta se casou em segundas núpcias com Joaquim Carlos Cardoso;
5. Afra Theodolina, batizada em 27.02.1877, sendo seus padrinhos Antônio Beraldo de Azevedo e Delmina Marcolina do Nascimento; foi casada com Manoel Rosa Júnior (ou também com Francisco Gonçalves Seixas);
6. Paulina, casada com Antônio Pereira da Silva;
7. Alcides Dias de Oliveira, batizado em 17.08.1879, casado com Elvira do Nascimento Dias; tiveram um filho chamado José que faleceu em 30.09.1899, e uma filha chamada Maria, falecida em 05.05.1902. Alcides faleceu em 12.10.1902 com apenas 23 anos;
8. Maria Marcolina;
9. Teolina (não seria a mesma Afra Teodolina?) e

10. Maria Marcolina do Nascimento, casada em Ribeirão Preto aos 03.07.1875 com José Honório de Souza, filho de Henrique Dias da Costa e Honória Cândida de Souza.

Marcolina Francisca do Nascimento faleceu em 22.11.1933, deixando 52 netos, 208 bisnetos e 12 tataranetos e já eram falecidos os seus filhos Maria Madalena e Alcides Dias de Oliveira. (Nota publicada no Diário da Manhã, em 23.11.1933, p. 6, pesquisa de Mauro Porto, APHRP). José Dias de Oliveira já havia falecido em 1887.

2-Moisés Fernandes do Nascimento, nascido em Itajubá e ali batizado em 23.05.1846, casado com Silvana (Francisca do Nascimento) Venâncio Martins, sua sobrinha, filha de Maria Francisca (filha mais velha de Manoel Fernandes, do seu primeiro casamento) e José Venâncio Martins (Filho) que foi vereador em Ribeirão Preto na legislatura de 1877 a 1880. Moisés foi também eleito suplente de vereador em Ribeirão Preto, na primeira legislatura (1874-1877) e chegou a assumir o cargo. Ele faleceu em 21.01.1922. Silvana faleceu em Ribeirão Preto em 20.05.1904. Seus filhos:

1. Aníbal, batizado em 23.04.1885;
2. Horácio, batizado em 21.01.1873, sendo seus padrinhos Sabino do Nascimento e Graciana Nogueira;
3. Plínio, batizado em 03.04.1874 (ou 03.08.1879);
4. Elvira, batizada em 25.12.1881;
5. Luís, falecido com 24 anos aos 05.08.1899;
6. Mário do Nascimento e
7. Sotero, batizado em 27.04.1874; foram seus padrinhos Abdenago Fernandes do Nascimento e Galdina Fernandes do Nascimento.

3-Francisca Nascimento Martins, nascida em 09.07.1848 e batizada em 25.12.1848 em Ribeirão Preto. É provável que

tenha nascido em Ribeirão Preto mas, com certeza, foi o primeiro filho de Manoel Fernandes a ser batizado em Ribeirão Preto. Casou-se com seu sobrinho José Venâncio Martins, filho de Maria Francisca do Nascimento, filha mais velha de Manoel Fernandes do Nascimento (em seu primeiro casamento). José Venâncio Martins foi vereador na Câmara de Ribeirão Preto, na sua segunda legislatura. O casal teve os seguintes filhos:

1. Jonas Venâncio Filho, nascido por volta de 1867. Teve um filho:

1. Jonas Venâncio Martins Filho, nascido em 1893. Teve uma filha:

1. Diva Martins Cintra, casada com Wagner Cintra. Tiveram um filho:

1. Jonas Ricardo, nascido por volta de 1941.

2. José;
3. Juvenal;
4. Luis;
5. Francisco;
6. Helena;
7. Cezarina;
8. Durvalina;
9. Deborah e
10. Breno.



Na edição do jornal A Tarde, de 29.03.1943, foi publicada a foto acima mostrando cinco gerações desta família, representada por Francisca Nascimento Martins, então com 96 anos, já viúva, Jonas Venâncio Martins, seu filho, com 76 anos, Jonas Venâncio Martins Filho, com 50 anos, Diva Martins Cintra, esposa de Wagner Cintra, com 27 anos, e Jonas Ricardo, com 2 anos. Nesta foto, aparece um quadro na parede com o retrato de José Venâncio Martins, marido de Francisca e neto de Manoel Fernandes do Nascimento.

- 4-Galdina Francisca do Nascimento, batizada em 29.11.1855; foram seus padrinhos: Joaquim Tavares e Ana Teodora da Conceição; casou-se em Ribeirão Preto aos 07.01.1871 com José Inocêncio da Costa, filho de Manoel José da Costa;
- 5-Abdenago Fernandes do Nascimento, casado em Ribeirão Preto aos 26.01.1878 com sua prima Adelaide Dias de Oliveira, filha de José Dias de Oliveira e Marcolina Francisca do

Nascimento e que teve apenas uma filha de nome Paulina;
6-Galdina Placidina do Nascimento, casada com José Ignácio da Costa Emboaba e que teve com ela um filho:

1. Manoel Emboaba da Costa, casado com Sebastiana Inácia da Costa (Bruno). Ele faleceu com 82 anos em 13.12.1960, e ela, por volta de janeiro de 1912. Tiveram quatro filhos:

- 1- José, nascido por volta de 1902;
- 2- Galdina, nascida por volta de 1904;
- 3- Jerônima, nascida por volta de 1908, e
- 4- Eponina, nascida em 05.07.1910.

Manoel Emboaba da Costa casou segunda vez com Maria de Lourdes da Costa e com ela teve mais quatro filhos:

2.Paulina, casada com Francisco Venâncio Martins;

3.João e

4.João Emboaba da Costa, casado com Laura Moreira de Oliveira. Tiveram um filho:

1.Osmani Emboaba da Costa, grande historiador de Ribeirão Preto, casado com Célia Lima Emboaba da Costa. Ele faleceu em 12.10.1988.

7-Maria, batizada em 26.10.1862.

O sacrifício de Manoel Fernandes do Nascimento

Em 07.12.1866, Manoel Fernandes do Nascimento foi gravemente ferido por Manoel Félix de Campos. Acabou morrendo em 10.02.1867. A polícia de Casa Branca tomou depoimentos e, perante o júri popular, o réu confessou que praticara o crime a mando da mulher do rico comerciante Manoel Soares de Castilho, em troca de 10\$000 e uma garrafa cheia de cachaça!

O motivo alegado para o crime foi o fato de Fernandes, como

fabriqueiro da Igreja, pretender abrir uma rua bem no quintal de Manoel de Castilho. Houve uma discussão entre a sua mulher e o fabriqueiro. E ela desejava se vingar e contratou alguém que lhe desse um tiro e lhe quebrasse um braço! Este não foi o primeiro crime que aconteceu em Ribeirão Preto, mas foi o de maior repercussão naqueles tempos. Afinal, o fabriqueiro era de certa forma, uma autoridade no lugar, representava a Igreja e o Estado naquela comunidade nascente.

O réu foi condenado à prisão perpétua e os mandantes chegaram a ser presos, mas nem sequer foram a julgamento, sendo logo libertados, apesar das acusações irrefutáveis contra eles (COSTA, 1955).

Manoel Soares de Castilho, o mandante do assassinato do fabriqueiro, era um homem violento e vingativo. É o que se pode perceber por outros crimes em que ele se envolveu. As desavenças que explicam o assassinato de Fernandes continuaram mesmo após a sua morte. Em 1870, Manoel Soares de Castilho entrou em juízo contra Moisés, filho de Fernandes, por se sentir ameaçado de morte. Como prova da acusação apresentava um bilhete ameaçador de um ano antes. Exigia na Justiça que Moisés assinasse um “termo de segurança de vida”, conforme previsto na lei. Talvez fosse um ato preventivo que inibisse qualquer tentativa de vingança. Mas o motivo real das discussões parecia ser a frequente invasão das plantações de Moisés pelo gado de Castilho. Em um dos seus depoimentos, Moisés afirma que “uma cruz daria lembrança nesse lugar que ali (seu pai) tinha caído vítima das iniquidades de Manoel de Castilho, assassino de Manoel Fernandes do Nascimento”. O juiz mandou arquivar o processo, desqualificando a denúncia do autor. (Pedido de Termo de Segurança de Vida. Cartório do 1º Ofício Cível, 1870, cx. 41-A, m. 94, APHRP. Pesquisa de LAGES & PORTO, 2011).

Em outro processo, Castilho foi acusado de mandante da tentativa de assassinato contra um enteado seu, Cândido, por problemas de herança de terras. (Auto de corpo de Delito – Cândido Alves de Oliveira & Outros. Cartório do 1º Ofício Cível, c. 11-A,

1879, APHRP). Em outro processo ainda, o encontramos como acusado de mandante da tentativa de assassinato do mestre de música, Figueiredo Brasil. (Sumário de Culpa, Cartório do 1º Ofício de Ribeirão Preto, 1875, cx. 2-A, APHRP). Mas ele ainda foi eleito suplente de vereador para a Câmara de Ribeirão Preto, na legislatura 1877-1880.

Manoel Fernandes do Nascimento ainda muito jovem assistira ao nascimento da cidade de Itajubá fundada de uma forma incomum pelo vigário Lourenço da Costa Moreira. Entre 1817 e 1818, Lourenço recebeu provisão de Dom João VI para a freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá (hoje Delfim Moreira, no sul de Minas). Era um lugar desolado e decadente da época da mineração. O novo vigário não teve dúvida: convenceu grande parte dos seus fregueses de descer a serra em procissão e no vale do Rio Sapucaí, em lugar mais aprazível, fundar uma nova povoação. Assim foi feito e assim surgiu a nova Itajubá. A família de Manoel Fernandes acompanhou o vigário na fundação da Nova Itajubá.

Em 1831, o Pe. Lourenço, incompatibilizado com os antigos habitantes do Itajubá Velho, tentou transferir de lá documentos e alfaias para a nova matriz. O conflito se generalizou e chegou a ocorrer um enfrentamento armado entre os dois grupos no lugar que ainda hoje conserva o nome de Encontro. A tudo isso pôde assistir muito de perto o jovem Manoel, pois sua família, além de muito religiosa, era muito ligada ao vigário e ao seu coadjutor, inclusive através de relações de compadrio, como já vimos. Ele pôde aprender ainda muito cedo como se funda uma cidade e mais tarde quis aplicar a lição no lugar para onde mudou com sua família no interior paulista.

Aliás, está ainda por ser esclarecida a relação, de parentesco ou não, entre estes dois vultos da fundação de Ribeirão Preto: Manoel Fernandes Nascimento e Ignacio Bruno da Costa. A família de ambos, de qualquer forma, guardam uma relação muito estreita com o exótico fundador e primeiro vigário de Itajubá, Pe. Lourenço da Costa Moreira. Esta família Costa Moreira

que, em muitas situações se transmuta para Moreira da Costa tem, sem dúvida, uma relação ainda mais antiga com os fundadores de Ribeirão Preto: não podemos esquecer que o sogro de José Borges da Costa, portanto a mãe de Maria de Nazareth chamava-se Capitão Manoel Moreira da Costa, casado com Perpétua Maria de Jesus.

Esta família Costa reúne, sem dúvida, o fundador de Itajubá com Ignacio Bruno da Costa e com família da mulher de José Borges da Costa. É um verdadeiro quebra-cabeça que precisa ainda ser decifrado. De qualquer forma, é bom deixar claro que a chegada dos Borges da Costa, de um lado, e de Manoel Fernandes do Nascimento e Ignacio Bruno da Costa, por outro, são separadas por um intervalo de pelo menos vinte anos.

Podemos, no entanto, alargar ainda mais a noção de “fundadores”. Neste grupo incluiremos os estrategistas das sociabilidades que vão além da religiosa, aqueles que mais cedo se estabeleceram no arraial, pelos mais diversos interesses e os que tomaram em mãos a tarefa de organizar o poder local, depois da elevação do arraial à freguesia e à vila. Vamos a eles.

E os mais espertos querem uma povoação (para os seus negócios...)

A documentação não comprova que teria havido intensa disputa entre os moradores das Palmeiras e os do Retiro pelo direito de sediar o patrimônio e a capela que teriam finalmente o reconhecimento oficial da Igreja. Isto fica mais para a tradição.

Mas a mesma documentação é pródiga em confirmar o desejo de muitos em iniciar logo uma povoação em torno da capela tão desejada. Eis o que diz Manoel de Nazareth de Azevedo, líder do povo nas Palmeiras, ao escrever para o vigário de São Simão, Pe. Jeremias José Nogueira, em 1852: “E o ponto destinado para a capela tem proporções para nele se criar uma povoação, pois tem boa aguada, é alto e arejado, tem muito campo e muitas matas de cultura”. (SANTOS, P. T. Ribeirão Preto histórico e para a histó-

ria. Ribeirão Preto: Diário da Manhã, 28.04.1942, p. 7)

Marques (1991) afirma que a escolha do lugar onde seria construída a capela e o centro da comunidade, já planejada e desejada, é um importante ato econômico, pois determinava, pela distância, o custo do transporte para cada fazendeiro até a povoação. Alguns cidadãos que participavam do movimento para criar o patrimônio de São Sebastião pretendiam também instalar-se na povoação como negociantes.

Foi o caso, sem dúvida, de Antônio Soares de Castilho que não fez doação alguma para o santo, mas foi um dos mais entusiastas do movimento. Ele e seu irmão Manoel se firmaram como poderosos comerciantes e amealharam grande fortuna vendendo secos e molhados para a toda a comunidade que se formava. Desde as primeiras tentativas de formação do patrimônio da Igreja nas Palmeiras até a concretização deste objetivo na Barra do Retiro, podemos constatar a participação e o empenho de Antônio Soares de Castilho:

“Antônio e seu irmão Manoel acabaram se transformando, mais tarde, em prósperos comerciantes em Ribeirão Preto. Podemos dizer que ele era um homem de visão! Foi um dos que mais cedo e melhor percebeu como uma povoação poderia facilitar seus interesses e os de centenas de lavradores e criadores no que se refere às necessidades de troca e relações sociais.” (LAGES, 2004, CD-ROM, cap. 3).

A intenção dos líderes da comunidade de construir um arraial fica também muito clara em um despacho do juiz Rodrigues Mendes, datado de 15 de julho de 1856, quando este recomenda ao fabricante que, além de zelar pelo terreno do padroeiro, observasse também as “leis urbanísticas em vigor, no levantamento dos edifícios do novo povoado”.

A quem interessasse obter um local para moradia ou para trabalho era concedida uma pequena porção da terra doada, ou seja, um lote, pelo sistema de aforamento, obrigando-se o beneficiário ao pagamento de pequeno valor anual para o custeio das despesas do templo.

4 - O que significa “fundar” uma cidade”

Sempre foi muito controvertida entre os estudiosos esta questão de “fundação” de uma cidade. Muitas cidades oficializam este acontecimento através de leis aprovadas na Câmara. Assim, esta data passa a ser comemorada como aniversário da fundação da cidade. Muitas delas comemoram sua fundação a partir de um ato jurídico e/ou administrativo que deu forma institucional à mesma comunidade: instituição da freguesia, da vila, da cidade, etc. Outras a comemoram com base no ato voluntário de alguns, chamados de “fundadores”, que doaram parte de suas propriedades para a formação de um patrimônio eclesiástico, onde foi construída uma capela, esta sim origem de muitas cidades brasileiras.

“Mas, afinal, o que significa “fundação” de uma urbe? As cidades nascem de uma intenção calculada? Ou elas são fruto de geração espontânea? É consequência de um ato político, administrativo, judicial? Ou prevalecem apenas os interesses privados? Acredito que no caso de Ribeirão Preto tudo isso esteve presente.” (LAGES, 2010, p. 303).

Como dissemos, na maioria das cidades, o dia da fundação corresponde à elevação do lugar ao status legal de vila, com o reconhecimento oficial do poder local, através da instalação de sua Câmara de Vereadores. Se adotássemos este critério para Ribeirão Preto, a cidade teria sua fundação em 1874, dezoito anos após a data oficializada. Ainda outras cidades adotam diversos outros acontecimentos considerados importantes para a sua história para marcar o que se considera “fundação”. Percebe-se, então, que se trata de um conceito muito ambíguo, fluido, controverso e parcial.

No caso de Ribeirão Preto,

“O dia 19 de junho é o dia comemorativo da fundação da cidade porque nesse dia, no ano de 1856, o juiz Rodrigues Mendes despachou favoravelmente ao pedido de demarcação das terras do patrimônio, feito pelo fabricante da época, Manoel de Nazareth Azevedo. Essa data foi oficializada pela Lei Municipal nº 386 de 24 de dezembro de 1954, dois anos antes da comemoração do 1º Centenário da cidade, com base no conhecido trabalho de pesquisa de Osmani Emboaba da Costa (História da Fundação de Ribeirão Preto) aprovada por uma banca de professores da USP.” (LAGES, 1995, p. 220, n. 115).

Mas esta data sempre foi muito polêmica e até hoje levanta muitas controvérsias. Acreditamos que, como a grande maioria das cidades brasileiras, Ribeirão Preto teve uma “formação espontânea”. Independentemente de ações jurídicas e administrativas, e mesmo longe da vontade de alguns que queriam ver surgir uma povoação, esta se fez natural e espontaneamente, muito antes da construção da antiga capela da praça XV (o que teve início somente em 1863). Portanto, não cabe aqui falar em “fundação” planejada e oficial de Ribeirão Preto, se bem que este fosse o desejo de muitos naquela época, como já demonstramos através da documentação.

E esta documentação histórica pode muito bem refletir aquela formação espontânea. A documentação eleitoral de São Simão mostra em 1856 um quarteirão enumerado como 18º e denominado “São Sebastião do Retiro”; em 1857, ainda como 18º, aparece “Arraial de São Sebastião”; em 1858, “Retiro do Arraial” e, em 1859, “Arraial do Ribeirão Preto”. “Denominações vacilantes para o início de Ribeirão Preto. Bem típicas de um nascituro antes do seu batismo. Era uma área de invasão de terras, sem dúvida. Não no modelo do movimento de ocupações do “sem terras”, mas era briga de cachorro grande!” (LAGES, 2010, p. 305). Não há menor dúvida: o verdadeiro início do povoado vem da década de 1850, muito antes, portanto, da construção da capela que viria a ser a matriz.

A obra do arquiteto Ricardo Barros, *História da História da Fundação de Ribeirão Preto*, publicada em 2006, quando se comemorava o sesquicentenário, encerra de vez todas as dúvidas. Ele corrobora a pesquisa do historiador Plínio Travassos dos Santos de que o arraial da Barra do Retiro teve origem em 1853, três anos antes da data oficializada a partir da pesquisa de outro historiador, Osmani Emboaba da Costa, aprovada por uma banca de professores da USP em 1954. Para isso Barros trabalha com três documentos esclarecedores. O mais importante deles é uma “Ação de Desforço”, datada de 08.08.1853, de Manoel Fernandes do Nascimento e Luiz Antônio de Oliveira com suas mulheres contra Antônio José Teixeira Júnior e sua mulher como documento fundamental para provar a sua tese¹⁶. Pela sua importância no esclarecimento sobre o ano da construção do arraial, o transcrevemos abaixo:

“Dizem Manoel Fernandes do Nascimento, Luiz Antônio de Oliveira e suas mulheres, por seu procurador, moradores no Distrito de São Simão deste Município, que o Suplicante, primeiro nomeado, sendo sócio do terreno em comum denominado – Barra do Retiro – ainda neste dito terreno comprou de Antônio José Teixeira Júnior e sua mulher, o número de 30 alqueires de terreno, como o mostra o documento nº 1, cujas terras foram ultimamente doadas por outrem, sub conditione, bem como feitas as doações constantes do documento nº 2, sub conditione, a São Sebastião, para na Barra do Retiro – ser erecta uma capela com a mesma

16 - A título de esclarecimento, esse documento foi encontrado por este autor no arquivo do Fórum de Casa Branca em 1993 e foi citado no seu livro “Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro” publicado em 1996 (1ª edição) e em 2010 (2ª edição). O autor não contesta as afirmações contidas ali e nem entra na polêmica sobre a data de fundação, pois não era esse o objeto do seu trabalho. E nem poderia sê-lo, pois se tratava de uma dissertação de mestrado com todos os rigores acadêmicos. Esta seria outra dissertação, que veio à luz em 2006 pelas mãos de Ricardo Barros. Outra e, parece, definitiva leitura dos fatos e dos documentos.

invocação de S. Sebastião. Então, o Suplicante e o Povo obtiveram de S. Excia. Reverendíssima a competente licença, por bem da qual, roçando e derrubando, beneficiaram o lugar próprio para a fundação da Capela e Povoação. Neste ínterim foi o serviço embargado por mandato de V. S. por requerimento de Antônio José Teixeira Júnior e de sua mulher, e conseqüentemente proposta por estes contra os Suplicantes a Ação de Embargo de Obra Nova, e por incidente Artigos de Atentado, que em seus termos, pendem neste Juízo Municipal. Mas por astúcias e manejo do dito Júnior, algumas pessoas dirigiram uma falsa representação a V. Excia. Revma. que houve por bem suspender a continuação da Capela e Povoação até final deliberação; agora, porém, finalmente, tendo a verdade chegado ao conhecimento do prelado, houve por bem S. Excia. Revma. conceder terminante licença assim para a ereção da Capela e Povoação na Barra do Retiro como Provisão para construção e bênção de um cemitério, tudo debaixo das vistas do respectivo vigário da vara. A Câmara Municipal, desconsideradamente nomeou, sem proposta do pároco um fabriqueiro que figura na Ação de Embargo (?) com os Suplicantes. Construíram algumas pessoas do povo, não embargadas, uma Capelinha e algumas casas, no mesmíssimo lugar beneficiado e destinado para a povoação na Barra do Retiro, lugar vendido por Júnior e sua mulher. Acontece, porém, que chega a notícia aos Suplicantes ter Antônio José Teixeira Júnior e sua mulher requerido e obtido de V. S. mandato auxiliatório de desforço, a pretexto de ter sido esbulhado da posse daquele terreno – Barra do Retiro – por algumas pessoas do povo que no mesmo tem edificado algumas casas: Absurdo! Falsidade! Infracção da Constituição do Império que garante ao cidadão o direito de propriedade em toda a sua plenitude! Despotismo! Acaso Júnior e sua mulher, pelo documento nº 1, não venderam 30 alqueires do terreno na Barra do Retiro a outrem? E este comprador de Júnior e sua mulher, além de sócio anteriormente, roçando e derribando o lugar e ponto desocupado, não seria então o proprietário? Visto que em Economia Política os serviços constituem propriedade ainda mesmo entre sócios, ou na coisa comum? E tendo depois os

30 alqueires de terreno e mesmo outros sendo doados a São Sebastião, sub conditione, de que só se consideraria perfeita a doação depois de erecta a Capela solenemente e que, quando esta se não erigisse, reverteria o mesmo terreno aos doadores - - - ipso facto, jure, sub conditione, - por ora aos proprietários?

E não será ultimamente, satisfeita a condição, São Sebastião representado o proprietário? E qual a posse de Júnior e sua mulher em tais conjunturas? E qual a autoridade da Câmara Municipal para nomear Fabriqueiro, ainda sem a proposta do Pároco, em tais conjunturas? Parece que nenhuma.

Alegar Júnior e sua mulher ter, ou direito positivo no terreno, sido forçado, esbulhado da posse, sem ter posse, ou direito positivo no terreno, é supina maldade, má fé, e extraordinária falsidade, e ter obtido mandato auxiliatório de desforço é um absurdo: pois não é esbulhado de alguma coisa senão aquele que dela tem efetiva posse e esta por ora pertence aos Suplicantes, e a este respeito veja-se a Doutrina da Acções, § 185, nota 384 por Correa Telles.

O desforço – permitido pela Ord. L 4.tt. 58.§.2 na actualidade só compete aos Suplicantes que ora estão de posse, quando mesmo esses do povo tivessem cometido força e esbulho, e não a Júnior e sua mulher, e nem tampouco ao nomeado nulo fabriqueiro. O mandato de desforço requerido por Júnior e sua mulher não importa em menos do que uma ordem para ser cometida verdadeira – força e esbulho da posse dos Suplicantes, e como tal, um decreto irritante da Lei: pois que o Juiz mesmo comete esbulho tirando ao possuidor a sua posse – *Juris ordine non servato* – o que podem os Suplicantes obstar por agravo ou Embargos.

E mesmo quando Junior e sua mulher tivessem sido esbulhados da imaginária posse, que não tem, ainda assim se não podiam desforçar, depois de proposta a ação, em verdade do Embargo de Obra Nova, e, por incidente, Artigos de atentado, mas optada por Júnior e sua mulher, á ação de Força; pois que é contrário ao Direito terem optado dentre Acções, e, depois da ação proposta, pretenderem desforço.

Requerem, pois, os Suplicantes a V. S., como íntegro Magistrado, que, a vista do exposto, documentos juntos, e para

evitar injusta agressão aos direitos dos Suplicantes, se sirva mandar passar Contra-Mandato cassatório, e sustentatório do mandato auxiliatório de desforço, intimando-se os Suplicados – Júnior e sua mulher – e servindo esta de princípio de Embargos. Outrossim protestam contra a pretensão, ou fatos, que porventura sejam praticados pelos Suplicados, no sentido de desforço, e para salvaguarda de seus direitos requerem a V. S. a mandar que, lavrado o competente termo, e assinado com duas testemunhas, se intime aos Suplicados, passando-se as certidões competentes. P’ a V. S. assim defira. E. R. R. J. Responda a parte contrária. Casa Branca, 8 de agosto de 1853. Sillos. O Procurador, Antônio Julio de Abreo Macedo. Illmo. Sn’.” (“Ação de Desforço”, 08.08.1853, de Manoel Fernandes do Nascimento e Luiz Antônio de Oliveira com suas mulheres contra Antônio José Teixeira Júnior e sua mulher, Casa Branca, Cartório do 2º Ofício, Cx AC-1853, m. 145).

Este documento, cuja importância para as origens de Ribeirão Preto, foi, de fato, devidamente identificada por Barros, merece uma verdadeira exegese. À luz do contexto histórico de organização incipiente de uma comunidade de plantadores e criadores e ainda cotejando outros documentos, podemos tirar várias conclusões interessantes a partir desta Ação de Desforço de Manoel Fernandes do Nascimento e Luiz Antônio de Oliveira contra Antônio José Teixeira Júnior.

Manoel Fernandes do Nascimento é o grande militante da causa da capela e da povoação. Não fez parte do rol dos doadores do patrimônio, mas com certeza, foi quem os organizou numa empreitada comum. Ele já figura como interessado anos antes na mesma causa, na Fazenda das Palmeiras. Até parece que era uma idéia fixa. As origens de sua família, de que já falamos, mostram uma grande intimidade com a Igreja e soube usá-la para defender os interesses da comunidade de que era membro ativo. Comunidade muito interessada nas trocas materiais e espirituais.

Antônio Soares de Castilho não era o único negociante interessado na formação de um arraial. Em documento já citado, na Lista de Eleitores de São Simão de 1857, quarteirão 18º denominado Arraial de São Sebastião, aparecem ainda Antônio Joaquim de Oliveira, Francisco Gonçalves Manço Rosa, João Valério de Moraes e José Francisco de Araújo anotados como negociantes. Não sabemos o que negociavam, mas com certeza, eram os maiores interessados na fixação de um centro de interesses que pudesse movimentar os seus negócios. Até Mariano Pedro de Almeida, um dos doadores do patrimônio, aparece mais tarde na lista de eleitores de São Simão como negociante.

Capela, povoação e cemitério: trata-se de um projeto de 1853, dividido em três partes inseparáveis. Havia uma clara consciência em torno deste projeto que dividia dois grupos de pessoas. Dois líderes, Manoel Fernandes do Nascimento, compromissado com os interesses locais, e Antônio José Teixeira Júnior, por alcunha Carvalhinho, porque filho de José Teixeira de Carvalho e Francisca Maria de Jesus. Esta era uma família proveniente de Goiás e já há muito tempo fixada em Casa Branca.

Teixeira Júnior ocupava em Casa Branca cargos públicos importantes e tinha influência política a ponto de convencer a Câmara daquela vila de nomear um fabriqueiro para a Barra do Retiro, independente de proposta do vigário de São Simão, como forma de obstaculizar os projetos de Capela e povoação. Era um absentéista, com interesses mais gerais em suas vastas e muitas propriedades, herdadas da família Reis de Araújo ou compradas a preços irrisórios de outros de seus sucessores. Era um autêntico latifundiário que não queria ver nenhuma cidade surgindo dentro de suas terras.

Passou às suas mãos uma vastidão de áreas herdadas da família Reis de Araújo, maior até do que passou às mãos de José Borges da Costa. Ele era casado com Claudina Maria do Nascimento, filha de Vicente José dos Reis e Maria Silvéria da Anunciação. Assim, Teixeira Júnior, por cabeça de sua mulher, herdou terras na Fazenda do Ribeirão Preto Abaixo ou Pontinha,

na Fazenda do Laureano, por herança de seu sogro e doação de sua sogra, e por doação de sua sogra na das Palmeiras. Aliás, esta doação tão prestimosa da sogra levanta grande desconfiança sobre os artifícios usados por Teixeira Júnior para se transformar no maior latifundiário da região. Somente na fazenda do Retiro, Teixeira Júnior acabou ficando sem nada, pois vendeu suas partes, também herdadas do seu sogro, para José Borges da Costa e Ignacio Bruno da Costa.

Mas a fazenda Barra do Retiro é uma grande incógnita. Ela era a menor das cinco irmãs gêmeas, possuía apenas 263 alqueires. Ela aparece citada pela primeira vez em 1845 quando Maria Silvéria da Anunciação pediu a reabertura do inventário do marido, Vicente José dos Reis, para incluí-la, alegando esquecimento dez anos antes. Este “esquecimento” é difícil de aceitar. Tudo indica que houve um esquecimento proposital, como, aliás, é costume acontecer em inventários viciados. De qualquer forma, a Barra do Retiro representava o centro geográfico preciso do imenso latifúndio do Rio Pardo, disputado entre as famílias Reis de Araújo e Dias Campos.

No libelo cível de força e esbulho entre estas duas famílias, um dos autos fala em cinco assentamentos já existentes em 1834. Somos levados a crer que se trata de assentamentos ou ocupações que dariam origem às cinco irmãs gêmeas: Palmeiras, Ribeirão Preto Acima ou Retiro, Ribeirão Preto Abaixo ou Pontinha, Laureano e Barra do Retiro. Osmani Emboaba da Costa (1955) afirma que, primitivamente, a Barra do Retiro fazia parte da Fazenda do Retiro. Apesar das dúvidas, somos levados hoje a aceitar esta opinião do grande historiador.

Percebe-se que a Barra do Retiro tornara-se o ponto nevrálgico sempre em disputa. É aqui o assentamento primitivo que dará origem à vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, pois no meio de todo este imbróglio São Sebastião serviu de escudo de luta pela terra e pela fundação de uma cidade.

Mas falemos um pouco mais de outro personagem que tem a ver com este litígio. O sócio citado de Manoel Fernandes, Luiz Antônio de Oliveira, é um dos primitivos proprietários das terras

que vieram constituir o patrimônio, juntamente com Antônio Joaquim de Oliveira, negociante que se estabeleceu no arraial. Sabe-se que ambos adquiriram este terreno de Manoel dos Reis de Araújo e de Antônio Pedro de Mendonça.



Rua Duque de Caxias vista a partir da esquina com Tibiriçá por volta de 1901. À direita, Praça XV de Novembro e fundos da antiga Igreja Matriz. À direita, mais ao fundo, vista do telhado do Teatro Carlos Gomes. O antigo Largo da Matriz foi demarcado em 1863 e se estendia do Theatro Pedro II até o Palácio Rio Branco, sede da Municipalidade. Posteriormente, como se vê hoje, esta área foi retalhada pela Câmara, passando a constituir o pequeno quarteirão onde se localiza o Museu de Arte de Ribeirão Preto (MARP).

O ano de 1853 marca, assim, o momento que, com certeza, algumas “pessoas do povo” se juntaram sob a liderança de Manoel Fernandes do Nascimento e edificaram uma capelinha e suas casas, em terreno que foi beneficiado exatamente para isso, dentro da Fazenda Barra do Retiro. Mas onde foi exatamente que isto aconteceu?

Atualmente, na Praça XV de Novembro, existe um marco zero, costume que encontramos também em várias outras cidades. Mas, com certeza, não foi exatamente ali que “aquelas pessoas do povo” desafiaram Teixeira Júnior e resolveram dar início a uma povoação que daria origem a Ribeirão Preto. Documentos históricos indicam a área do Palácio Rio Branco como a mais provável de ser o marco zero de Ribeirão Preto. Vejamos.

Um requerimento de 1882 enviado à Câmara por Abdenago Fernandes do Nascimento, citado por Osmani Emboaba da Costa, é elucidativo neste sentido e por isso, vale a pena transcrevê-lo. Eis o seu registro na ata da Câmara: “Requerimento de Abdenago do Nascimento pedindo a esta Câmara conceder terreno no pátio da matriz e no quarteirão em que existia a antiga capelinha, visto a enorme extensão do pátio da matriz e a deficiência dos terrenos do patrimônio para aforamento”. (Atas da Câmara, 05.08.1882 apud COSTA, 1955. P. 84, nota 230).

A capelinha devia estar situada na pequena quadra entre as Ruas General Osório, Duque de Caxias, Barão do Amazonas a Praça Barão do Rio Branco, ocupando a área do prédio nº 342, em frente ao palácio Rio Branco, segundo opinião do falecido historiador Pedro Miranda. Os livros paroquiais já registram batizados e casamentos realizados em Ribeirão Preto desde 1855, mais de dez anos antes da construção da capela que viria a ser a matriz. Não resta dúvida de que já existia muito antes disso um lugar de culto, onde eram realizados os sacramentos católicos.

Mas vejamos agora quem eram aqueles ribeirão-pretanos que tinham residência no arraial de São Sebastião e que aparecem listados na relação de votantes do distrito de São Simão em 1857.

- **Antônio Soares de Castilho**

Comerciante desde o alvorecer do arraial. A partir de 1847, já aparece como eleitor residente na fazenda da Figueira, hoje município de Serrana, e posteriormente na Fazenda do Ribeirão Preto. Mais tarde ainda vamos encontrá-lo na Fazenda do Laureano. Era irmão de Manoel Soares de Castilho, o mandante do assassinato de Manoel Fernandes do Nascimento. Esta família Castilho é proveniente de Mojimirim, mas é bastante provável que tenha sua origem em Caldas, sul de Minas, onde Antônio se casou pela primeira vez. Antônio e Manoel eram filhos de Sotero Soares de Castilho e Quitéria Maria de Andrade que já podem ser encontrados em 1829 nos maços de população de Casa Branca. Antônio foi casado três vezes: com Mariana Floriana da Silva, Senhorinha Maria de Nazareth e Ana Rita do Amaral. (LAGES, 2010, p. 228-233).

- **Padre Manoel Eusébio de Araújo**

Um padre já era listado como eleitor na Barra do Retiro em 1857. Era a Igreja agindo diretamente no projeto de capela e arraial! Ele aparece em vários documentos da Igreja relacionados à capela de São Sebastião da Barra do Retiro na década de 1850. Posteriormente, em 1861, vamos encontrá-lo sendo listado como eleitor na Fazenda das Palmeiras.

- **Manoel Fernandes do Nascimento**

O mais importante dos líderes do “povo” no movimento de construção da capela e do arraial, ele era o principal alvo das ações judiciais de Antônio José Teixeira Junior que alegava estar sendo esbulhado de suas terras. Foi fabriqueiro do patrimônio da capela de São Sebastião ainda em construção e responsável pelos primeiros arruamentos do arraial. Residia no arraial em 1857 ou, pelo menos possuía ali uma casa, pois sabemos que sua propriedade rural ficava para os lados do atual bairro Santa Cruz

do Jaques, em cuja porteira acabou sendo assassinado por Manoel Félix de Campos, a mando de Manoel Soares de Castilho. Dele já muito falamos como verdadeiro mentor intelectual da fundação da capela e do arraial.

- **Antônio da Silva e Souza**

Casado com Joaquina Maria das Dores. Tinha 46 anos em 1857, deve ter nascido, portanto, em 1811. Os Souzas se originaram de Ana de Souza, filha de José de Souza Vasconcelos e Maria Alvarenga e que se casou com Ignacio Reis de Araújo¹⁷ em 1739 em Pindamonhangaba, sendo ela originária de Jacareí. Já estes Silvas se originaram de Domingos da Silva (Lisboa), português que se casou com Gertrudes de Souza, filha de Ana e Ignacio. É possível perceber que esta família Silva e Souza já estava pelo Caminho de Goiás desde o século XVIII, entrelaçadas com os Reis de Araújo através de vários casamentos.¹⁸

- **João Alves da Silva Junior**

Casado com Policena Maria do Nascimento. Deixou vasta descendência em Ribeirão Preto. Eram tantos homônimos da família Alves da Silva que eles procuravam se distinguir adotando como sobrenomes Junior, Primo, Sobrinho e Velho, mas sem grandes resultados práticos, pois eram sempre confusos tantos homônimos. Não deve ser confundido com João Alves da Silva Primo, um dos seis doadores do patrimônio da Igreja na Barra do Retiro, certamente seu parente.

17 - Este Ignacio é filho de João dos Reis de Araújo e Maria Peralta, bisavós de Matheus, Vicente e Manoel, os primeiros posseiros a ocupar a área de Ribeirão Preto.

18 - As primeiras gerações dos Silva e Souza podem ser encontradas em LAGES, 2010, p. 173

- **Luiz Borges de Aquino**

Nascido em Cajuru em 1818, casado com Maria Jacinta do Carmo, filha de Vicente Alves da Silva e Ana Jacinta, antigos proprietários da fazenda das Palmeiras. Morava ainda em São Simão em 1881, onde foi listado como eleitor (cf. LAGES, 2010, p. 213).

- **Mariano Pedroso de Almeida**

Ele e sua mulher Maria Lourenço do Nascimento doaram dois alqueires na Fazenda do Retiro para o patrimônio da capela em 1853. É um dos dois únicos doadores do patrimônio que residiam no arraial em 1857. Como já falamos, a família Pedroso de Almeida é paulista e se encontrava no sertão desta capitania desde o século XVII, sendo seus antepassados grandes desbravadores do interior à época das bandeiras. Mariano ainda podia ser encontrado na vila de São Sebastião do Ribeirão Preto em 1878. Era lavrador, mas em algumas listas de qualificação de votantes aparece também como negociante. In retro, entre as páginas 30 e 31, podem encontradas mais informações sobre Mariano Pedroso de Almeida.

- **Severiano João da Silva**

Talvez seja o fundador de Ribeirão Preto do qual ainda dispomos do menor número de informações. Ver in retro na página 28.

- **Antônio Joaquim de Oliveira**

Juntamente com seu irmão Luis Antônio de Oliveira, foi proprietário de terras na Fazenda Barra do Retiro. Comprou-as do primeiro proprietário Manoel dos Reis de Araújo, filho de Vicente José dos Reis, um dos três irmãos Reis que protagoniza-

ram a disputa com os Dias Campos pela Fazenda do Rio Pardo. Ele era filho do Capitão Manoel Joaquim de Oliveira e Maria Luiza de Jesus. Esta família Oliveira foi de grande importância na região e se entrelaçou com várias outras famílias pioneiras na ocupação do sertão paulista. Um filho de Antônio Joaquim de Oliveira, chamado Francisco Antônio de Oliveira casou-se com Maria Luiza de Oliveira, neta de José Borges da Costa, porque filha do seu segundo filho do primeiro casamento com Maria de Nazareth.

- **Francisco Gonçalves Manço Rosa**

Casado com Ana Rosa de Alexandria, irmã de Matheus, Vicente e Manoel Reis de Araújo. Já era viúvo de Justina Rosa, conforme os maços de população de Casa Branca, de 1829. Tinha o foco inicial de seus interesses ao norte do Rio Pardo, na região de Batatais e Franca. Nesta região possuía as fazendas do Araraquara, do Barreiro e do Sapucaí. Faleceu em 1867, informação coligida da lista de eleitores de São Simão deste ano. Ana Rosa faleceu antes, em 1849 (Inventário de Ana Rosa. Cartório do 1º Ofício de Batatais, 1849, cx. 1, p. 1). Não deixaram descendência.

- **Francisco José da Silva (Onça)**

Casado com Maria Bárbara (ou Mariana Barbosa, como aparece em outros documentos) do Nascimento. Foi vice-presidente da Câmara de Ribeirão Preto na 5ª legislatura, entre 1887 e 1890. O casal teve dois filhos, Manoel Francisco da Silva Onça, casado com Ana Luíza de Oliveira, filha de Francisco Nazareth de Azevedo e Maria Juliana de Oliveira, e Joaquim Francisco da Silva Onça, casado com Maria do Carmo de Oliveira, filha de Antônio Maciel de Pontes e Sabina Alexandrina, família de Caldas, sul de Minas, e que foi a pioneira na ocupação de Sertãozinho e Pontal. O sobrenome Onça teria se originado do ribeirão da Onça, afluente do Rio Mojiguaçu, onde

eles tinham suas propriedades. Ferreiros por profissão, ambos se fixaram em Pontal. A partir dos Pontes, podemos dizer que os Silva Onça da região descendem das famosas “três ilhoas”, irmãs portuguesas, da ilhal do Faial, que aqui chegaram no Brasil no início do século XVIII e deixaram enorme descendência que se espalhou pelo sul de Minas e nordeste paulista. A descendência de Joaquim Francisco da Silva Onça e Maria do Carmo de Oliveira pode ser encontrada in GUIMARÃES, 1993, p. 974-980.

- **Jerônimo da Silva e Souza**

Tinha 48 anos em 1857 e era casado e lavrador. Deve ser parente de Antônio da Silva e Souza. Só aparece nas listas de qualificação de votantes de 1857.

5 – Freguesia e vila de São Sebastião do Ribeirão Preto: primeiros tempos

A regularização do patrimônio de São Sebastião, constituído de doação das glebas em 1845, 1852, 1853 e 1856, primeiro na fazenda palmeiras, depois na fazenda Barra do Retiro, e a transferência de domínio para a Igreja em 1856 pode ser entendida como a legalização de um conjunto de interesses privados em andamento, o que era claramente visível na ocupação de terras de parte dessa última, sugerindo um movimento popular para se resolver um problema que se arrastava sem solução há anos.¹⁹

“Querer formar um patrimônio de terras para construir uma capela não era apenas um ato de caráter religioso e econômico, mas também um gesto político muito importante para os posseiros de terra que habitavam os vales dos ribeirões Preto, Retiro, Laureano, Palmeiras e Tamanduá. Queriam legalizar

19 - Tanto que quando foi escolhido o local para a construção da capela em 1863, a área escolhida passou a incluir o referido local onde já existia uma capelinha e algumas casas, sendo por isso bastante extensa, estendendo-se desde as imediações do atual Theatro Pedro II até a atual Praça Barão do Rio Branco, esta sim o verdadeiro marco zero e onde mais tarde foi construído o primeiro prédio público, a Casa de Câmara e Cadeia de Ribeirão Preto.

suas posses, formar uma povoação para ter comércio por perto, desejavam ter acesso à assistência religiosa, mas, antes de tudo, queriam o reconhecimento por parte das autoridades daquela incipiente comunidade de criadores e plantadores.” (LAGES, 2004. CD-ROM, cap. 4).

Até a proclamação da República em 1889, o Estado era unido à Igreja. Assim, aqueles primeiros ribeirão-pretanos não desejavam apenas possuir um templo, mas que isso fosse apenas o ponto de partida de algo mais, que lhes pudesse garantir segurança, condição de serem cidadãos com direitos e membros de uma nova comunidade. Queriam ser elevados a uma categoria superior. Por isso, depois da construção da capela, era necessário criar a freguesia. Eles começaram então um novo movimento para que a capela se transformasse em matriz de uma nova freguesia, desmembrada da de São Simão. Com isso, haveria um pároco com residência fixa no arraial e o povo desfrutaria de todas as formalidades religiosas.

Observa-se pela documentação da época um crescimento vertiginoso da população na década de 1860, tanto no arraial de São Sebastião, quanto nas fazendas ao seu redor. A capela começou a ser construída em 1863 e em 1868, mesmo ainda inacabada, já era utilizada para o culto. Por esta época, os líderes do povo já encaminhavam diversas petições às autoridades implorando a instalação agora de uma freguesia no arraial de São Sebastião.

E essas petições acabaram sendo atendidas pela Lei nº 51, promulgada a 2 de julho de 1870 pelo então presidente da província de São Paulo, Dr. Antônio Cândido da Rocha. A área da nova freguesia foi desmembrada da de São Simão. Em 16 de julho do mesmo ano, a freguesia foi instituída canonicamente através da

20 - Tudo indica que o início da construção da capela só foi possível depois de um elevado donativo de 360\$000 deixado em disposição testamentária por Dona Maria Felizarda, falecida em 1857. Esta quantia foi entregue pelo viúvo José Borges da Costa ao fabricante Manoel Fernandes do Nascimento em 28.08.1861.

provisão do bispo de São Paulo, Dom Sebastião Pinto do Rego. Foi nomeado o primeiro pároco, o Pe. Ângelo José Phillidory Torres.

Mas os moradores continuaram organizados e desejavam algo mais. O próximo passo seria a luta pela plenitude de sua cidadania nos marcos da Constituição outorgada de 1824: a autonomia para eleger as autoridades locais. Para isso seria criada a vila e o seu termo (=município) correspondente. Como vila, São Sebastião do Ribeirão Preto teria sua Câmara de Vereadores e demais autoridades. Foi iniciado um movimento nesse sentido e que logo teve resultado: pela Lei nº 67, de 12 de abril de 1871, a freguesia foi elevada a vila, cujo termo foi também desmembrado de São Simão.

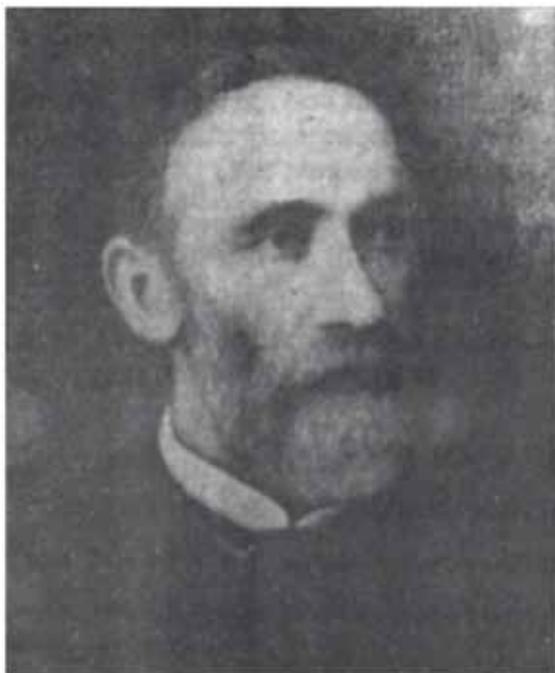
Mas os primeiros vereadores da vila de São Sebastião do Ribeirão Preto foram eleitos somente em 22 de fevereiro de 1874, sendo os votos apurados pela Câmara de São Simão em 18 de maio seguinte. A Câmara de Ribeirão Preto foi assim instalada oficialmente em 13 de julho do mesmo ano, com o registro da primeira ata. Os vereadores eleitos para a primeira legislatura, entre 1874 e 1877, foram os seguintes:

VEREADORES DA 1ª LEGISLATURA DE RIBEIRÃO PRETO
JOÃO GONÇALVES DOS SANTOS
BERNARDO ALVES PEREIRA
VENÂNCIO JOSÉ DOS REIS
THOMAS DE AQUINO PEREIRA
ANTÔNIO GONÇALVES VALIM
JOÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA
FRANCISCO RODRIGUES DE FARIA

Observações:

- 1- O primeiro juiz de paz foi Antônio Caetano de Oliveira.
- 2- O vereador Francisco Rodrigues de Faria, por ser sogro de Thomas de Aquino Pereira, o mais votado, não pôde tomar posse, e foi substituído pelo suplente Luiz Herculano de Souza Junqueira.

Um breve histórico sobre os primeiros vereadores de Ribeirão Preto



Cel. João Gonçalves dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, em sua primeira legislatura.

Passemos agora a um breve histórico dos primeiros vereadores de Ribeirão Preto.²¹

- **Coronel João Gonçalves dos Santos** foi o primeiro presidente da Câmara da vila recém-criada, já que foi o mais votado entre os candidatos a vereador. Ele Nasceu em Casa

21 - As informações a seguir estão baseadas em LAGES, 2004, CD-ROM, cap. 4, mas acrescidas de muitas outras informações coligidas em pesquisas recentes de Mauro Porto no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

Branca em 5 de agosto de 1838, filho do Capitão José Gonçalves dos Santos e de Iria Leopoldina Nogueira. Descendia de antigos entrantes mineiros, sertanistas como seu avô materno, o Tenente Urias Emíldio Nogueira de Barros.

João Gonçalves dos Santos casou-se com Antônia Maria do Nascimento em Casa Branca e tiveram sete filhos. Ele exerceu a profissão de comerciante em Ribeirão Preto. Mas a política era alguma coisa muito familiar, pois seus pais e irmãos foram vereadores em Casa Branca.

O Cel. João Gonçalves dos Santos comprou de Dona Leonor Nogueira Terra uma parte da Fazenda do Retiro que esta herdara pela morte de seu primeiro marido, José Borges da Costa. Portanto, seguia o padrão das elites políticas da época: possuidora de terras, mesmo tendo outros negócios na cidade.

Presidiu a Câmara de Ribeirão Preto por pouco tempo, pois se retirou da edilidade quando foi nomeado pelo presidente da província para primeiro suplente de Juiz Municipal e de Órfãos. Venâncio José dos Reis o substituiu na presidência. Em 1876, João Gonçalves dos Santos mudou-se para Casa Branca onde continuou tocando seus negócios e participando da política local. Faleceu em 17 de setembro de 1926 em Casa Branca, estando seus restos mortais guardados no recinto da Igreja de Nossa Senhora do Desterro daquela cidade.

Com certeza, o primeiro presidente da Câmara era também devoto de Nossa Senhora das Dores, devoção familiar trazida da sua vila de origem, cujo orago da matriz era dedicado a essa santa. É isso que sugere o fato de a Câmara de Ribeirão Preto oficializar o Cel. João Gonçalves em 1880, em Casa Branca, para que ele providenciasse a demolição da capelinha de Nossa Senhora das Dores, localizada na esquina das Ruas Tibiriçá e Mariana Junqueira, já fechada desde muito tempo, e ameaçando ruir a qualquer momento. João Gonçalves era o seu zelador.

Sua vida e obra merecem ser ainda pesquisadas com maior profundidade. Fica por enquanto para a tradição de seus conterrâneos casabranquenses a informação de que João Gonçalves dos

Santos teria saído de Casa Branca e vindo para Ribeirão Preto, depois de se envolver em escandaloso episódio. Foi como que expulso da sua terra natal. Jurava inocência e fez uma promessa de que depois de tudo devidamente explicado e ele inocentado, voltaria para Casa Branca e construiria uma igreja em homenagem a Nossa Senhora do Desterro, para lembrar justamente o desterro a que foi submetido em Ribeirão Preto.

- **Bernardo Alves Pereira**, filho de Joaquim Alves Pereira e Maria Joaquina de Jesus, nascido por volta de 1821, em Inhaí, próximo de Diamantina, em Minas Gerais. Aparece listado nas listas de qualificação de votantes, pela primeira vez, já no arraial de Ribeirão Preto, em 1865. Já era nessa época negociante. Na mesma documentação, aparece citado mais tarde como lavrador (1868), boticário (1873) e fazendeiro (1878). A diferença entre lavrador e fazendeiro é que o primeiro lavrava a terra, ou seja, era proprietário agrícola e o segundo, era criador de gado. Boticário era o mesmo que farmacêutico. Isso mesmo: Bernardo Alves Pereira foi o primeiro farmacêutico de Ribeirão Preto e segue um padrão comum da época, como já pôde ser visto com João Gonçalves dos Santos: era proprietário de terras, mas mantinha negócios na vila. Foi comandante da Guarda Nacional das comarcas de Casa Branca, São Simão e Caconde.

Em 1886, a fazenda do Ribeirão Preto Abaixo foi judicialmente dividida entre seus condôminos. Entre eles, estava o Major Bernardo Alves Pereira. Homem de posses, ele foi proprietário da maior parte da referida fazenda. Eram também de sua propriedade as casas da Rua Visconde do Rio Branco, n^os 42, 44 e 44-A, da antiga numeração, confluência com a Rua Álvares Cabral. Ele faleceu em 20.10.1890. Em uma dessas casas que pertenceu depois a José Papa, responsável pela sua demolição em 1951, a primeira Câmara eleita chegou a fazer suas primeiras reuniões, por falta de um espaço próprio para isso. Algumas outras reuniões foram realizadas na casa do presidente João Gonçalves dos Santos.



Casa que pertenceu ao Major Bernardo Alves Pereira. Segundo a tradição, nela a Câmara fez várias reuniões por ainda não ter sede própria. Localizava-se na Rua Visconde do Rio Branco, esquina com a Rua Álvares Cabral.

- **Venâncio José dos Reis**, alferes, era suplente do Cel. João Gonçalves dos Santos e o substituiu na presidência quando da sua renúncia. Foi juiz de órfãos e ausentes em Ribeirão Preto. Apesar do sobrenome Reis, não era parente dos primeiros posseiros e povoadores de Ribeirão Preto. Seu pai foi José dos Reis Figueira. Venâncio deve ter nascido por volta de 1804, pois as listas de qualificação de votantes de 1873 o colocam com 69 anos. Era lavrador e morava na Fazenda do Ribeirão Preto.

Casou-se duas vezes. Sua primeira esposa foi Maria Tereza de Jesus. Casou-se segunda vez em 28.01.1871 com uma descendente, agora sim, dos Reis de Araújo, Alexandrina Bezerra dos Reis, neta de Bárbara Maria Gertrudes (Reis de Araújo), irmã de Matheus, Manoel e Vicente. Venâncio José dos Reis faleceu em 17.02.1882 e, em 19.12.1888 falecia sua segunda esposa com 78 anos.

- **Thomaz de Aquino Pereira** descende de antigos entrantes mineiros que já eram citados nos maços de população de Casa

Branca desde a década de 1820. Nasceu em São João Del Rei. A família Aquino Pereira é muito numerosa nos primórdios de Ribeirão Preto e ainda não foi feito um estudo minucioso sobre ela. Thomas de Aquino Pereira era lavrador e residia na Fazenda do Retiro. Nas listas de qualificação de votantes de São Simão, ele aparece desde 1865. Em 1873, é citado com 40 anos. Deve ter nascido, portanto, por volta de 1833.

- **Antônio Gonçalves Valim**, natural de Lavras (MG), filho de Antônio Gonçalves Valim e de Ignacia Ribeiro do Evangelho. A família Valim foi das primeiras que se fixaram na região de São Simão, proveniente de Minas Gerais no início do século XIX. Ele se transferiu-se posteriormente para Mojimirim e veio a falecer em São João da Boa Vista, segundo pesquisa de Mauro Porto no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

- **João Francisco de Oliveira**, filho de Antônio João Ferreira e Beralda Alexandrina de Oliveira, nascido em 15.06.1817 e faleceu em 10.05.1882. Seus pais foram os primeiros povoadores da Fazenda das Posses. Era o representante da área de Sertãozinho na Câmara de Ribeirão. Aparece na documentação eleitoral, já em 1847, como negociante em Sertãozinho, mas, a partir de 1853 é citado como lavrador, possuindo sua fazenda nas Posses (do Sertãozinho). Em 1878, não tinha uma renda superior a 200\$000, portanto, deixava de ser elegível, pelo critério censitário em vigor durante o Império.

- **Francisco Rodrigues de Faria**, nascido por volta de 1800, era também mais um mineiro de nascimento, como, aliás, a grande maioria dos residentes em Ribeirão Preto na época. Era lavrador e tinha suas terras na fazenda do Retiro, aparecendo nas listas de qualificação de votantes de 1865 então com 65 anos. Não temos maiores informações sobre ele. Não chegou a ser empossado, pois era sogro de Thomas de Aquino Pereira, mais votado que ele, e não podia pelo parentesco assumir sua cadeira.

Foi substituído pelo suplente, Tenente Luiz Herculano de Souza Junqueira, que viria a ser o presidente da Câmara na segunda legislatura, entre 1877 e 1880.

- **Luiz Herculano de Souza Diniz Junqueira**, Tenente, o primeiro da família Junqueira que teve posição política destacada em Ribeirão Preto. Nasceu por volta de 1824, filho de Luiz Antônio de Souza Diniz e Ana Claudina Diniz Junqueira. Faleceu em 23 de agosto de 1883 em Ribeirão Preto. Recebeu a comenda de Barão da Casa Branca.



Baixada da Rua General Osório. É possível observar que parte do ribeirão Preto já está retificada nestas imediações, por volta de 1910.

Concordamos com Rubem Cione, quando ele afirma:

“Não seria possível escrever a História de Ribeirão Preto, sem dizer que foi a Companhia Mogiana fator de seu grande desenvolvimento, o elemento primacial, a precursora da admirável e maravilhosa zona cafeeira que ela descortinou e



Chácara Vila Lobos e arredores. Vista do Solar Vila Lobos e da estação provisória da Cia. Mogiana, trilhos, e edificações na atual Av. Caramuru. No fundo, campo e mata da Fazenda Paraíso (atuais bairros República e Vila Virgínia).

deu impulso com a força de suas locomotivas”. (CIONE, 1989, p. 187).

A assombrosa grandeza de Ribeirão Preto se iniciou praticamente com a arrojada penetração dos trilhos da Mogiana pelo Oeste Paulista. Depois de intensa polêmica com a Cia. Paulista que desejava a concessão para este empreendimento, a Mogiana conseguiu em 8 de junho de 1880 a autorização oficial para prolongar seus trilhos até Ribeirão Preto, então na época, chamada Vila de Entre Rios. Foram 87 km construídos em apenas um ano sendo que o primeiro tronco do prolongamento atingiu São Simão em 16 de agosto de 1882. Em 23 de novembro de 1883, o segundo tronco de São Simão a Ribeirão Preto era festivamente inaugurado! Ribeirão Preto se ligava ao porto de Santos e através dele se projetava para o mundo. Dentro em pouco, seria chamada de Eldorado do Café. Era outra etapa de sua história que se iniciava.

Fontes Documentais

BATATAIS, Cartório do 1º Ofício

Inventário de Prudência Maria de Jesus, 1839, cx. 134, m. 1824.

Inventário de Matheus José dos Reis, 1843, cx. 69, m. 1024.

CASA BRANCA, Cartório do 1º Ofício.

Divisão Judicial da Fazenda Figueira, 1850, cx. AC-1850.

Divisão Judicial da Fazenda Barra do Retiro, cx. AC-1856, m. 132

Libelo Cível de Força e Esbulho de Terras de Dias Campos contra Reis de Araújo, cx. AC- 1834, m. 155.

_____, Cartório do 2º Ofício.

Divisão Judicial da Fazenda da Figueira, cx. AC-1850.

Processo de José Borges da Costa contra Matheus dos Reis de Araújo, cx. AC-1848, m. 155.

Ação de Antônio Teixeira Júnior contra Manoel Fernandes do Nascimento, cx. AC-1853, m. 139.

FRANCA, Arquivo Público Municipal.

Carta Precatória do juiz municipal da vila de São José do Mojimirim para o juiz municipal da vila Franca do Imperador, 1834, m. 1831.

MOJIMIRIM, Cartório do 1º Ofício.

Inventário de Maria de Nazareth, 1837, m. 144.

Inventário de Maria Magdalena, 1839, m. 145

Inventário de Manoel José dos Reis, 1839, m. 167.

Inventário de Vicente José dos Reis, 1839, m. 196.

RIBEIRÃO PRETO, Câmara Municipal, Secretaria Municipal da Cultura e Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Memória: as legislaturas municipais de 1874 a 2004. Maio/ 2004, APHRP.

_____, Cartório do 1º Ofício, Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

Inventário de Alexandrina Bezerra dos Reis, 1888, cx. 9.

Inventário de Maria do Carmo, 1887, cx. 8.

Translados do Sumário de Culpa do Alf. Diogo Carlos Cardoso, 1877, cx. 327-A.

Inventário de Maria Josefina Nogueira Martins, 1910, cx. 174-A.

Translados dos Autos de Ação Ordinária: Alm. Emílio de Miranda

Ferreira Campelo e Herdeiros de José Martins Poças, 1º vol., 1917, cx. 201-A.
Inventário de Leonor Nogueira Terra, 1924, cx. 284-A.
Inventário de José Borges da Costa, 1868, cx. 3-B
Inventário de João Borges Nogueira, cx. 6.

SÃO PAULO, Arquivo Público do Estado de São Paulo.
Maços de População de Casa Branca e São Simão, 1814-1835, ordem 124, lata 124; ordem 123, lata 123.
Documentos de Casa Branca, 1830-1834, ordem 984, lata 189, pasta 1.
Inventários e Testamentos, c. IX, m. 271.
Listas de qualificação de votantes de São Simão, 1847, 1848, 1849, 1850, 1853, 1857, 1861, 1868, latas 5887, 5888, 5889.
Listas de qualificação de votantes de Ribeirão Preto, 1873 e 1878, lata 5890.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, DISSERTAÇÕES, TESES, MONOGRAFIAS E ARTIGOS PUBLICADOS

BARROS, R. História da História da Fundação de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Editora Legis Summa Ltda., 2005.

BRIOSCHI, L., BACELAR, C., CHIACHIRI FILHO, J. Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais – séculos XVIII e XIX. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos – USP, 1992.

BRIOSCHI, L. Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

CHIACHIRI FILHO, J. Do sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador. Ribeirão Preto: Ribeirão Gráfica, 1986.

CIONE, R. História de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: IMAG Gráfica e Editora, 1989.

COGNETTI, M. M. Esboço Histórico da Paróquia do Divino Espírito Santo de Serra Azul, s/Ed., APHRP.

COSTA, O. E. História da Fundação de Ribeirão Preto. São Paulo: USP, 1955. Coleção da Revista de História.

DEAN, W. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUIÃO, J. R. O município e a cidade de Ribeirão Preto na comemoração do 1º Centenário da Independência, 1822-1922. Ribeirão Preto: 1923, s/Ed.

GUIMARÃES, J. R. As três ilhoas. In: MARTINS, R. V. (Org.). As três ilhoas. São Paulo: SCP, 1993.

_____. Família Borges da Costa. In Revista da ASBRAP, nº 7, de 2000.

LAGES, J. A. Da Figueira à Barra do Retiro. 2 ed. São Paulo: Editora Nelpa, 2010.

LAGES, J. A. Ribeirão Preto: das origens à atualidade. CD-ROM. Ribeirão Preto: Heluany Dias Produções & COC Sistema de Ensino, 2004.

_____. Os primeiros povoadores. Revista Humanitas. Ano 1, nºs 1 e 2 – ago/set 1995. . Ribeirão Preto: Faculdade de Humanas da Uni-Mauá, 1995.

LAURIANO, J. Apontamentos sobre a Fundação de Ribeirão Preto. São Paulo: Ave Maria, 1965.

_____. História Religiosa de Ribeirão Preto. São Paulo: Editora Ave Maria, 1973.

LEITE, M. Paulistas e Mineiros plantadores de cidades. São Paulo: EDART, 1961.

MARQUES, M. Cidade no Brasil, terra de quem. São Paulo: Ed. Nobel, 1991.

MARTINS, I. Borges e Oliveiras na história de Ribeirão Preto. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, v. 1.79, p. 211-233, 1984.

MARTINS, J. Almanaque de Sertãozinho (reedição). Sertãozinho: Agora Gráfica e Editora, 2004

MARTINS, R. V. Fazendas de São Simão. Obra inédita, s/d (APHRP).

MIRANDA, J. P. Ribeirão Preto de ontem e de hoje. São Paulo: Eldorado, 1971.

_____. Ribeirão Preto: a cidade como fonte de pesquisa. São Paulo: Assessoria Cultural, USP, campus de Ribeirão Preto, 1985. Apostila datilografada.

MONBEIG, P. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1984.

PINTO, L. S. G. Ribeirão Preto: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930. Araraquara, 2000. Dissertação (mestrado em Economia) – UNESP, Araraquara, 2000.

ROSA, L. R. O. & REGISTRO, T. Ruas e Caminhos: um passeio pela história de Ribeirão. Ribeirão Preto: Editora e Gráfica Padre Feijó, 2007.

SANTOS, P. T. O Ribeirão Preto Histórico e para a História. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP), obra inédita, datilografada, s/d.

SANTOS, W. Como foram fundadas nossas cidades. Revista Pontalense. Pontal: Prefeitura Municipal, 1989.

SILVA LEME, L. G. Genealogia Paulistana. São Paulo: Duprat & Cia., 1908.

TORNATORE, N. A Cidade 100 anos: fazendo história. Ribeirão Preto: Empresa Jornalística Orestes Lopes de Camargo Ltda., 2005.

TRAMBELLINI, J. M. A freguesia dos Batataes. São Paulo: Carthago Editorial, 2000.

VALADÃO, V. Memória Arquitetônica de Ribeirão Preto

(Planejamento urbano e política de preservação). Franca: 1997. Dissertação (mestrado em História) – FHDSS, UNESP, Franca.

ZAMBONI, E. Processo de formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto (1874-1900). São Paulo, 1978. Dissertação (mestrado em História). FFLCH, USP.

SÍTIOS ELETRÔNICOS:

Censo Populacional de Minas Gerais 1831-1838. Endereço eletrônico: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>

Free Family History and Genealogy Records. Endereço eletrônico: <http://www.familysearch.org/> Caribbean and South America. Brazil, Minas Gerais, batismos.

Endereço eletrônico: <http://www.familysearch.org/> Caribbean and South America. Brazil, São Paulo, batismos, casamentos, óbitos.

